

Acção Socialista

Nº 1241 - 6 Abril 2005

Director interino: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



GOVERNAR PARA AS PESSOAS



As primeiras medidas do Governo do PS destinaram-se a resolver directamente os problemas das pessoas e da economia. O lançamento do programa "Inov-Jovem" que vai colocar 1000 jovens licenciados na área da ciência e tecnologia em pequenas e médias empresas, ao mesmo tempo que dinamiza a inovação empresarial e estimula a competitividade está a criar novos postos de trabalho. Depois do início mais do que atabalhado do ano lectivo, têm todo o sentido as excepções anunciadas aos exames do 9º ano para os alunos que frequentam programas educativos especiais, pois o que está em causa não é só a avaliação dos jovens mas do próprio sistema. Questão premente é a seca que assola o país. Duas semanas depois de ter entrado em funções, o Governo anunciou medidas destinadas a melhorar a eficiência do abastecimento público e reutilização da água. Com o mesmo propósito, o primeiro-ministro, José Sócrates, foi à simbólica barragem do Alqueva assumir o compromisso de acelerar os investimentos para acautelar o Alentejo dos efeitos da seca. 3

SECA NO ALENTEJO

Sócrates promete acelerar investimentos no Alqueva 5

AUTÁRQUICAS

Carrilho e Assis candidatos às câmaras de Lisboa e Porto 7

IVG

PS defende referendo antes do Verão 16

CONTAS PÚBLICAS

"Comissão Constâncio" tem seis semanas para avaliar défice 16

SUPLEMENTO



29
ABRIL
PORTO

30
ABRIL
LISBOA

COLÓQUIOS
AUTÁRQUICOS



NOVAS REGRAS, OS MESMOS PRINCÍPIOS

1. Nos últimos dias, a propósito das alterações aos regulamentos europeus sobre os défices excessivos, temos ouvido considerações algo surpreendentes, que não correspondem minimamente à verdade. Dir-se-ia que o impropriamente designado Pacto de Estabilidade e Crescimento se tornou objecto de uma perigosa idolatria, para além de tudo o que se poderia esperar. Vamos por partes. Procuremos explicar. Em 1997, na recta final da concretização da moeda única europeia, o Governo alemão teve de convencer os seus cidadãos de que o fim do marco alemão e a partilha da soberania monetária não levariam à subalternização da economia germânica. O liberal Theo Waigel não escondia um grande cepticismo sobre a entrada dos países mediterrânicos no euro. E propôs aos seus parceiros um autêntico "Pacto", extracomunitário, que reforçasse os instrumentos assumidos no âmbito das Comunidades Europeias. No entanto, esse Pacto limitava-se a reafirmar os limites impostos pelos Tratados quanto ao défice orçamental e à dívida pública, respectivamente de 3 por cento e de 60 por cento do PIB. O Pacto consagraria um sistema de sanções para os Estados-membros que não respeitassem a sustentabilidade das finanças públicas. Nenhum dos Estados-membros aceitou um "Pacto", que corresponderia a uma imposição unilateral de um dos sócios aos seus parceiros, e que teria força semelhante ao Tratado. Prevaleceu o recurso a um regulamento, com força obrigatória directa, mas modificável, segundo os procedimentos legislativos, quando e se se entendesse que ele não corresponderia às necessidades da União. Mesmo assim, houve muitas dúvidas sobre o facto de o regulamento tratar igualmente países com situações muito diferentes – tanto países desenvolvidos e contribuintes líquidos da União como países mais atrasados e beneficiários de fundos europeus. Recordo-me de Sousa Franco ter defendido, na altura, duas ideias da maior importância: por um lado, não se poderia pôr no mesmo saco todos os países do Sul (o Clube Med., segundo uma designação depreciativa); e, por outro lado, a convergência nominal deveria dar lugar a um conceito mais rico de "convergência social", prenunciando, assim, o que a União viria a adotar no Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000. Importa, aliás, não esquecer que Portugal viria a entrar no euro, cumprindo integralmente todos os requisitos necessários – ao contrário do que aconteceu com a Itália ou a Bélgica, e, mais tarde, com a Grécia.

2. Apesar de haver muitas vezes cépticas, o certo é que, no primeiro Governo de António Guterres, António Sousa Franco contrariou todos os profetas da desgraça e levou Portugal ao euro, sem qualquer favor. Apesar de todas as revisões dos valores do défice, o certo é que os números de Sousa Franco continuam incólumes. A Itália e a Bélgica apresentaram níveis de dívida pública superiores a 100 por cento e a Grécia não cumpriu, sabemos-lo hoje, pura e simplesmente, nenhum dos requisitos. Infelizmente, perdeu-se nos últimos três anos em Portugal muito tempo e muita energia na tentativa absurda de diabolizar os supostos culpados das dificuldades que são de Portugal. Dificuldades, que exigem soluções partilhadas por todos, até para que não vivamos acima das nossas possibilidades e para que ponhamos em primeiro lugar nas nossas prioridades o crescimento económico e o emprego. E a verdade é que o tempo veio dar razão a António Sousa Franco. O suposto Pacto era incompleto e revelar-se-ia tanto mais frágil quanto era certo que começou por ter uma leitura rígida e cega – que levou à adopção de dois pesos e duas medidas na sua aplicação. Jean-Paul Fitoussi chamou, por isso, a atenção dos especialistas e dos governantes para o facto de uma leitura rígida dos regulamentos de 1997 pôr em

causa a própria democracia parlamentar e a margem de manobra necessária para as políticas orçamentais de cada Estado.

3. Tornou-se, pelo que fica dito, necessária uma leitura inteligente das disposições do Tratado europeu sobre a consolidação das finanças públicas. E essa leitura obriga a haver coordenação das políticas económicas e um governo económico da União, não confundível com qualquer tipo de indiferenciação ou de harmonização. Romano Prodi compreendeu-o, apesar do excesso das suas palavras, quando falou da estupidez do Pacto. Eis porque a revisão dos regulamentos sobre a aplicação das normas respeitantes aos défices excessivos se tornou inevitável. Eu próprio defendi "uma outra visão" no Conselho Ecofin e na Assembleia da República no Outono de 2001, falando da necessidade de uma interpretação inteligente e diferenciadora do PEC, num tempo de aplicação de medidas que reduziram entre nós as despesas correntes primárias. Depois de 2002, na Assembleia da República defendemos a necessidade desse debate, apesar da velha maioria afirmar que não fazia sentido discutir. O tempo veio a revelar essa necessidade, o que culminou na recente decisão que confirma, por completo o que sempre defendemos. O que mudou? Nenhum procedimento será levantado contra um Estado em caso de haver crescimento negativo ou de estar num período prolongado de muito fraco crescimento, enquanto antes se exigia uma quebra de produto de pelo menos 2 por cento. Por outro lado, um Estado que registre um défice excessivo temporário, próximo do valor de referência de 3 por cento poderá invocar uma série de "factores pertinentes", que evitam o desencadear do procedimento, ligados ao crescimento potencial, ao ciclo económico, à concretização de reformas económicas (aposentação, segurança social), às políticas de investigação e desenvolvimento, aos esforços orçamentais com efeito a médio prazo... O prazo de correcção deixa de ser de um ano, para passar a ser de dois anos, com possibilidade de prolongamento, em casos devidamente justificados. Por fim, prevê-se a existência de um mecanismo preventivo que permita diferenciadamente aos Estados-membros atingirem um equilíbrio ou um excedente orçamental, num caminho de sustentabilidade a médio prazo das finanças públicas, bem como a vigilância reforçada para que a dívida se aproxime do valor de referência de 60 por cento.

4. Em suma, a revisão dos regulamentos é positiva para Portugal e para a União Europeia. É indispensável que se acabe com o faz-de-conta e que à cegueira e à rigidez saibamos contrapor uma disciplina efectiva e realista, baseada num controlo real da despesa corrente primária e numa maior eficácia da administração tributária e do combate à fraude e à evasão fiscais. Daí que a flexibilidade não possa confundir-se com facilidade. Nesse sentido, a maior importância dada à dívida pública, a lógica plurianual na consolidação das finanças públicas e a possibilidade de haver mais tempo para rectificar as situações de desequilíbrio orçamental são boas notícias. Assim saibamos tirar as lições certas, aumentando a eficiência da Administração Pública e a qualidade dos serviços públicos e pondo em prática medidas de descentralização, de responsabilização e de avaliação. Se a Estratégia de Lisboa propõe a conciliação entre competitividade e coesão e entre crescimento, emprego e inovação, a verdade é que a nova visão da consolidação orçamental tem-no presente. Assim, saibam todos compreendê-lo.



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

BANHOS POMBALINOS

ANTOONIO COLAÇO

– Se ganhar, Mendes, vou para a as directas e “nem o Estádio da Luz vai chegar para albergar tanto militante”. Apanhas cá uma **banhada**.

– Ora Luis, deixa-te de cantigas, ganhes tu ou ganhe eu, vamos ficar **4 anos** em... banho Maria



GOVERNO ADMITE EXCEPÇÕES AOS EXAMES DO 9º ANO



Os alunos que frequentam programas educativos especiais – casos de crianças com deficiências ou filhos de imigrantes com dificuldades na língua portuguesa – não serão sujeitos aos exames nacionais do 9º ano de escolaridade, anunciou a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, durante uma visita à Escola Básica com 2º e 3º ciclos Matilde Rosa Araújo, em S. Domingos de Rana, em que também esteve presente o primeiro-ministro, José Sócrates.

“Estes alunos não foram atempadamente preparados para estas provas e o que vamos fazer é excepcionalizar esses segmentos de população. Vamos introduzir exceções para esses segmentos de alunos, cuja avaliação será baseada em provas a realizar na própria escola”, adiantou a titular da pasta da Educação.

Trata-se de “alunos envolvidos em programas educativos especiais, desde crianças com necessidades especiais de acompanhamento a filhos de população imigrante com dificuldades de aprendizagem no Português”, explicou. Por sua vez, José Sócrates aproveitou também para transmitir “um voto de confiança” aos professores e alunos que

vão estar envolvidos no final deste ano nos exames do 9º ano de escolaridade. “Apelo ao vosso empenho no processo dos exames do 9º ano, que são muito importantes, não só para avaliar os alunos, mas também para se avaliar o próprio sistema. O país vai estar a olhar para os vossos resultados”, referiu Sócrates. Na mesma linha a ministra da Educação salientou que, após a conclusão dos exames do 9º ano de escolaridade, o Governo irá “avaliar” os resultados e a experiência obtida ao longo do presente ano lectivo. “No final deste processo vai ser necessário avaliar os próprios exames. Tem de se perceber e definir qual a sua articulação com o sistema global da própria avaliação do sistema educativo e dos alunos”, explicou, sublinhando que os exames “apenas avaliam uma parte e não a totalidade das competências” dos alunos.

Acabar com os “furos” escolares

Por outro lado, durante a visita a esta

escola do concelho de Cascais destinada a assinalar o início do terceiro período de aulas, o primeiro-ministro aproveitou também para anunciar ser intenção do Governo acabar com os chamados “furos” nos horários em todas as escolas do país, preenchendo esses tempos livres com “aulas de substituição” em que os alunos estão ocupados com actividades alternativas de aprendizagem.

Num estabelecimento de ensino em que estas aulas de substituição estão em funcionamento já há sete anos, graças ao empenho e dedicação do seu corpo docente, José Sócrates afirmou que esta escola é “um exemplo das boas práticas que devem ser seguidas por todas as escolas do país” no que respeita ao aproveitamento dos tempos em que os alunos ficam sem aulas por ausência do respectivo professor.

Por isso, “para que não haja ‘furos’ e para que sempre que um professor falte os alunos não fiquem sem aulas”, o chefe do Governo defendeu que “todos os recursos humanos e materiais devem ser plenamente aproveitados ao serviço

da aprendizagem”.

Clubes de ambiente e jardinagem, desporto escolar, biblioteca e centro de recursos equipado com computadores são algumas das actividades em que os alunos da Escola Matilde Rosa Araújo se ocupam durante os “furos” nos horários e que o Governo quer ver seguidas por todas as escolas do país. A ministra da Educação esclareceu também que a generalização das aulas de substituição em todas as escolas do país “não implicará um aumento do número de professores ou de meios” por parte do Estado.

“Vamos tentar generalizar essa prática a partir dos recursos já existentes”, afirmou a titular da pasta da Educação, embora reconhecendo que este objectivo do Governo se deparará com “dificuldades de concretização em algumas escolas” do país.

“O Governo gostaria que, no início do próximo ano lectivo esta prática estivesse inscrita nos planos de actividade de cada escola e fosse uma prática natural e generalizada”, acrescentou Maria de Lurdes Rodrigues. **J.C.C.B.**

PROGRAMA "INOV-JOVEM"

MIL JOVENS LICENCIADOS VÃO SER INTEGRADOS EM PME

O Programa "Inov-Jovem", uma iniciativa conjunta dos ministérios da Economia e do Trabalho destinada a colocar mil jovens licenciados nas áreas de gestão, engenharia, ciência e tecnologia em pequenas e médias empresas (PME), foi aprovado em Conselho de Ministros.

Trata-se da primeira medida do Governo socialista, tal como foi prometido na campanha eleitoral, e que visa dinamizar a inovação e competitividade empresarial e apoiar o emprego de jovens qualificados em áreas-chave do conhecimento, no âmbito do plano tecnológico.

Segundo a resolução aprovada em Conselho de Ministros, as candidaturas para o programa abrirão no próximo mês de Junho e podem aderir empresas de todo o país até 250 trabalhadores que estejam envolvidas em processos de inovação e desenvolvimento empresarial. De acordo com o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, o programa destina-se "preferencialmente" a empresas que desenvolvam a sua actividade na área da exportação. O Estado irá apoiar as PME que aderirem a este programa através de dois tipos de mecanismos: apoio à contratação directa dos jovens e apoio à realização de estágios profissionais e posterior contratação.

No primeiro ano de entrada em funcionamento deste novo programa, o Estado irá gastar dez milhões de euros no apoio às empresas.

"O novo programa destinado a colocar mil jovens diplomados em PME simboliza o arranque do plano tecnológico do Governo", afirmou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, na conferência de imprensa realizada no final da primeira reunião do Conselho de Ministros.

Com este novo programa, adiantou, Pedro Silva Pereira, pretende-se contribuir para "o relançamento da economia, estimular a qualificação nas empresas e combater o desemprego juvenil".

O Programa Inov-Jovem irá arrancar em



Junho, altura em que os jovens e as empresas poderão começar a apresentar as suas candidaturas, através da Internet ou junto dos serviços dos ministérios da Economia e do Trabalho, nomeadamente do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento).

"Queremos que seja um processo claro, transparente e muito eficiente", disse o ministro da Economia, Manuel Pinho. Quanto à forma como o Estado irá apoiar as PME que aderirem ao programa, estão previstas duas modalidades: apoio à contratação imediata dos jovens e a modalidade "estágio e posterior contratação".

Na modalidade de contratação imediata, o Estado compartilha com o pagamento à empresa de 150 por cento de um salário mínimo nacional, durante 12 meses, ou seja a duração do programa. Já na modalidade "estágio + contra-

tação", o apoio do Estado irá processar-se em duas etapas.

Na primeira fase, ou seja, durante o estágio profissional, o Estado irá pagar durante um ano 60 por cento de dois salários mínimos nacionais e irá financiar o seguro e os subsídios de alojamento e transporte do jovem estagiário.

No final do estágio e, caso a empresa integre o jovem nos seus quadros, o Estado pagará, também durante o período de um ano, 120 por cento do salário mínimo nacional.

"É um incentivo para que, no final do estágio, o jovem possa ficar na empresa", sublinhou o ministro do Trabalho, Vieira da Silva.

O programa agora aprovado prevê ainda "o acompanhamento regular da inserção" do jovem na empresa, sendo que cada PME poderá receber através do Inov-Jovem entre três e cinco diplomados.

O ministro da Economia adiantou ainda que está prevista a realização de "uma campanha muito activa de promoção" do programa, junto das associações empresariais, empresas, universidades e associações de estudantes", para dar a conhecer o Inov-Jovem.

"Estamos convictos do grande sucesso do programa", afirmou Manuel Pinho. Classificando o Inov-Jovem como "um programa simbólico", o ministro do Trabalho adiantou que não irá ser dada nenhuma prioridade específica "a mais ou menos jovens", nem aos recém-licenciados, nem aos que têm alguma experiência profissional, já que o "Estado não se quer substituir às empresas".

De salientar que as empresas que aderirem a este programa terão também prioridade no acesso a outras medidas públicas de incentivo à inovação, nomeadamente as inseridas no programa PRIME.

J. C. C. B.

PROGRAMA INOV-JOVEM

Quem beneficia?

- Jovens até 35 anos, com qualificação superior em gestão, engenharia, ciência e tecnologia e outras áreas críticas à inovação
- Empresas até 250 trabalhadores envolvidas em processos de inovação e desenvolvimento empresarial

Modalidades de apoio

- Apoio à contratação imediata
- Apoio a estágios em PME, mais incentivo à contratação
- Prioridade no acesso das empresas aderentes a outros incentivos à inovação e integração de quadros qualificados (nomeadamente PRIME)

Como aceder?

- Candidaturas directas de PME
- Candidaturas em parceria com entidades da sociedade civil (associações empresariais, instituições de ensino superior ou outras)
- Inscrições a partir de Junho de 2005
- Inscrições pela Internet, no IAPMEI e IIEP e outras entidades que se associem ao programa
- Instrução dos pedidos a realizar nos termos a definir por portaria

Impactes do programa

- PME com maior potencial de inovação, mais competitivas, de forma mais sustentada
- Aumento da empregabilidade e do emprego qualificado
- Melhores práticas na Administração Pública

INGLÊS NO ENSINO BÁSICO AVANÇA JÁ NO PRÓXIMO ANO LECTIVO

O ensino do inglês a partir do 1º ciclo do ensino básico, um dos compromissos eleitorais do PS na área da educação, vai começar a ser uma realidade já a partir do próximo ano lectivo.

Assim, numa primeira fase, cerca de duas mil escolas do 1º ciclo do ensino básico vão leccionar a disciplina de inglês aos alunos do 3º e 4º anos de escolaridade. Estas escolas de vários pontos do país e integradas em agrupamentos avançam assim com um projecto que abrangerá cerca de 50 mil crianças do 3º e 4º anos

de escolaridade.

Os alunos terão a disciplina três horas por semana em regime extracurricular, em princípio leccionada por professores do 2º ciclo.

A medida será depois gradualmente implementada na totalidade das escolas do 1º ciclo do ensino básico até 2009. Recorde-se que segundo um estudo europeu divulgado a 10 de Fevereiro, as crianças portuguesas estão entre as europeias que iniciam mais tarde a aprendizagem obrigatória de uma língua

estrangeira nas escolas (apenas no 2º ciclo do ensino básico, por volta dos dez anos de idade), enquanto metade dos europeus aprende um idioma estrangeiro desde a primária. Portugal, Dinamarca, Bélgica (região francófona), Polónia, Eslováquia e Reino Unido são os países cujas crianças começam a aprender uma língua estrangeira aos dez anos, quando noutros países como a Grécia, Itália, Finlândia ou Suécia começam aos sete anos e em Malta e Holanda aos cinco anos.

SÓCRATES GARANTE ACELERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PARA COMBATER SECA NO ALENTEJO

Na sequência das medidas avançadas pelo Governo para combater a seca, como a melhoria da eficiência dos sistemas de abastecimento público, a reutilização de águas para usos compatíveis e campanhas de sensibilização para uso eficiente da água, o primeiro-ministro, José Sócrates, deslocou-se no dia 2 a Alqueva, onde se comprometeu a acelerar os investimentos nas componentes agrícola e de abastecimento de água da barragem para que o Alentejo, de futuro, "possa estar a coberto dos efeitos da seca".

O primeiro-ministro, que se encontrava acompanhado nesta visita à barragem do Alqueva pelos ministros da Agricultura e do Ambiente, afirmou que "esta aceleração das construções respeita, não apenas à garantia para a agricultura, mas também à garantia de que esta região não terá problemas, em termos de abastecimento público de água, em qualquer circunstância, haja ou não seca". E frisou a propósito que, apesar da aceleração que deve ser dada a algumas componentes, se o Alqueva ainda não existisse, os efeitos da actual seca poderiam ser piores. "Hoje, quem conheça esta situação sabe que a seca, no passado, teve impactos

muito superiores aos verificados este ano, justamente por causado Alqueva, em particular na garantia dos caudais ecológicos, a jusante da barragem", disse. Quanto ao abastecimento público, José Sócrates adiantou que, até ao final desta legislatura, ou mesmo mais cedo, os habitantes da região poderão ter água do Alqueva nas torneiras.

Tendo em conta a explicação da Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva (EDIA), o primeiro-ministro disse julgar "que a região pode contar, no final destes quatro anos e meio, ou talvez mais cedo, com água para abastecimento público".

Quanto à vertente agrícola, o primeiro-



ministro anunciou que a prioridade do Governo passa por, até final da legislatura, implementar vinte mil novos

hectares de regadio, voltando a recentrar atenções na construção de perímetros de rega.

Recorde-se que este fora um compromisso anterior dos governos de António Guterres, que é agora retomado, porque, segundo José Sócrates, "não se deve dar apenas prioridade à rede primária, deixando para trás a secundária".

"É muito importante que o Alqueva tenha credibilidade para que os agricultores e os investidores saibam que isto é mesmo para fazer", sublinhou.

Depois de visitar o Alqueva, José Sócrates seguiu para Reguengos de Monsaraz, onde assistiu a uma sessão solene, terminando esta sua primeira vista oficial ao Alentejo, com uma reunião de trabalho com os autarcas da área do Alqueva.

Entretanto, na mesma ocasião, o ministro da Agricultura, Jaime Silva, garantiu que a retirada de água de Alqueva vai ser facilitada para fornecer as explorações agrícolas junto da albufeira e abastecer bebedouros, a 50 metros das margens, para o gado.

"Juntamente com o ministro do Ambiente, que tutela esse sector, vamos facilitar a retirada de água da albufeira para as explorações que estão nas proximidades, bastando simples declarações", disse.

Segundo sublinhou o ministro, o processo de licenciamento para captar água da albufeira de Alqueva obedece a "um sistema burocrático", sendo necessário, este ano, devido à seca extrema que assola a região, assim como mais de metade do território de Portugal continental, aligeirar esses procedimentos.

MÉRTOLA VAI ABASTECER-SE A PARTIR DO RIO GUADIANA

Para salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos e retomar o reabastecimento de Mértola a partir do rio em tempo de seca, o executivo camarário local decidiu reactivar a Estação de Tratamento de Águas (ETA) do Guadiana.

Com esta medida, que implica a aquisição de equipamento novo num investimento orçado em cerca de um milhão de euros, pretende-se evitar que, com a aproximação do Verão, a vila também venha a padecer de problemas com a água. Isto porque, segundo o lembrou o edil socialista Jorge Pulido Valente, Mértola é abastecida a partir da barragem do Enxóe, que habitualmente regista o aparecimento de cianobactérias que deterioram a qualidade da água, o que poderá agravar-se este ano, devido à ausência das chuvas. Assim, se o abastecimento a Mértola for retomado através da ETA do Guadiana, explicou Pulido Valente, "a qualidade da água para a vila é melhor" e, simultaneamente, "o abastecimento à cidade de Serpa também melhora". A reactivação da ETA do Guadiana vai ser, em parte, suportada pela Empresa de



Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (EDIA), através de um protocolo assinado com a Associação de Municípios do Enxóe, constituída pelas autarquias de Serpa e Mértola.

Contudo, como o "investimento é muito dispendioso", a autarquia presidida por Pulido Valente, que também vai suportar parte das despesas, quer assegurar uma comparticipação por parte do Instituto da Água (INAG).

Relativamente aos problemas no abastecimento de água às populações no concelho, devido à seca extrema que assola a região, o edil adiantou ainda que o autotanque deverá começar a servir uma sexta povoação, Corte Cobres.

"Já temos cinco localidades abastecidas com a água transportada pelo autotanque e, dentro em breve, deverão ser seis. Em Corte Cobres, o furo alternativo está prestes a ficar sem água", explicou.

OPINIÃO A COR PRINCIPAL



PAULO PEDROSO

Francisco Van Zeller, presidente da CIP, instado a comentar o Governo do PS, respondeu, segundo o DN de 6 de Abril de 2005, que "é um governo socialista que, digamos, não é a nossa cor principal". Propositadamente ou não, estava a elogiar o Governo, porque foi no programa proposto pelos socialistas que os portugueses votaram. Mas fazia-o no contexto de achar "péssimo" que se revise o Código do Trabalho nos aspectos da negociação colectiva. Mas esse "péssimo" é, precisamente, o compromisso assumido com os eleitores. Demarcando-se dos maximalismos de sectores políticos radicalizados e sindicais excessivos, o PS deixou claro que não

revogaria o Código do Trabalho, antes o avaliaria e que apresentaria projectos de alteração em linha com o que tinha apresentado na Assembleia da República na anterior legislatura.

É, no entanto, curioso que a CIP que, enquanto durou o Governo PSD-CDS, queria que este lançasse uma primeira revisão do Código do Trabalho, agora se concentre em impedi-la. Terá desistido de modernizar as leis portuguesas do trabalho? Ou será que só queria alterações que nem a sua "cor principal" lhe deu? E porque haveria um sector empresarial (ou, aliás, sindical) de ter, enquanto parceiro social, cor principal? Van Zeller fez sondagens aos empresários? Sabe em quem votaram? Tem a certeza que não são mais próximos do PS que de outros partidos?

Num tempo em que os partidos vão deixando de ser de classe, também era bom que os parceiros sociais tentassem relacionar-se com o poder político evitando ter partido. Ou, em alternativa, embora má, que deixassem os cidadãos saber exactamente quais são as suas cores principais. Era tudo mais transparente se todos soubéssemos se há parceiros sociais que falam em nome de que cores políticas e de quais.

ORGÂNICA DO GOVERNO

REDISTRIBUIÇÃO
E CLARIFICAÇÃO
DE COMPETÊNCIAS

A lei orgânica do Governo, aprovada na semana passada em Conselho de Ministros, tem como principal preocupação a "eliminação de dúvidas" sobre tutelas em organismos e serviços do Estado, "clarificando a distribuição de competências".

Com a lei orgânica agora aprovada, o ministro António Costa vê alargadas as suas competências, já que para além das áreas da Administração Interna, é o responsável escolhido pelo primeiro-ministro para acompanhar a reforma administrativa.

Nesse sentido, ficará com a tutela da recém-criada Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa, que integra também o Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão.

Do extinto Ministério das Cidades passam a ser atribuições de António Costa a tutela da Inspeção-Geral da Administração do Território, a Direcção-Geral das Autarquias Locais e o Centro de Estudos e Formação Autárquica. Já as competências nos sectores das cidades, habitação e desenvolvimento regional passam para o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, chefiado por Nunes Correia, enquanto os assuntos referentes ao sector do turismo ficam agora no Ministério da Economia e da Inovação, tutelado por Manuel Pinho.

Entre as novidades da lei orgânica, está ainda a criação de uma outra unidade de missão, a Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico, que ficará sob a tutela do Ministério da Economia e da Inovação.

Segundo a nova lei orgânica, as entidades do sector empresarial público da comunicação social e o Instituto da Comunicação Social, antes na dependência do Ministério da Presidência, são transferidas para o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social passa a tutelar todos os serviços, organismos e entidades que tratam das questões do trabalho.

Com a nova legislação, transitam ainda para o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a tutela do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiências - organismos que se encontravam na dependência da Presidência do Conselho de Ministros. Saem da Presidência do Conselho de Ministros para o Ministério da Economia e da Inovação o Instituto do Consumidor, o Conselho Nacional do Consumo, a Comissão de Segurança e a Agência Portuguesa de Segurança Alimentar.

Com o XVII Governo Constitucional, a Presidência do Conselho de Ministro perde igualmente a tutela da Agência para a Sociedade do Conhecimento e o Gabinete de Gestão e Intervenção Operacional Pós Conhecimento, entidades que ficam sob a tutela do Ministério da Ciência e Ensino Superior, chefiado por Mariano Gago.

Na conferência de Imprensa realizada no fim da reunião do Conselho de Ministros, Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, referiu que ao Ministério da Defesa Nacional caberá desenvolver "políticas integradas para os assuntos do mar".

No entanto, ao contrário do que se passava quando este Ministério foi tutelado por Paulo Portas, a responsabilidade pela gestão dos portos e dos transportes marítimos ficará na dependência do ministro das Obras Públicas, Mário Lino.

Pedro Silva Pereira sublinhou ainda que o Instituto Nacional de Administração continuará na dependência do Ministério de Estado e das Finanças e que o Centro de Formalidade de Empresas se manterá no Ministério da Economia, embora as políticas para este último organismo devam merecer uma especial articulação com o Ministério de Estado e da Administração Interna.

SÓCRATES RECONHECE DÍVIDA
DO ESTADO AOS AÇORES

O primeiro-ministro, José Sócrates, reconheceu, na primeira audiência concedida a Carlos César, a existência de uma dívida do Estado aos Açores de cerca de 200 milhões de euros, aceitando que esses compromissos financeiros sejam saneados de forma faseada.

No final da reunião, que demorou cerca de 80 minutos, o presidente do Governo Regional informou os jornalistas que o primeiro-ministro aceitou a sua proposta no sentido de os governos da República e dos Açores "recuperarem a partir de agora o tempo perdido".

Segundo Carlos César, está sobretudo em causa uma dívida do poder central aos Açores na ordem dos 200 milhões de euros, montante que disse resultar de transferências em atraso ao abrigo da lei de finanças regionais, de receitas fiscais, da segurança social e do tarifário eléctrico. "Esta situação indicia que o Governo da República vai ainda levar muito tempo a apurar a situação financeira do país", comentou Carlos César, acrescentando que os compromissos financeiros de Lisboa em relação à região autónoma terão de ser saldados "de forma faseada". O presidente do Governo Regional dos Açores



recusou, por outro lado, a existência de uma dívida da sua região autónoma perante Lisboa ao nível dos serviços de saúde. "O que está em dívida é a concretização de um perdão de dívida aos Açores prometido pelo primeiro-ministro anterior", afirmou Carlos César, que considerou ainda injusto que as despesas dos doentes evacuados dos Açores para o continente sejam depois contabilizadas nos serviços de saúde dos Açores.

"Deverá antes haver uma complementaridade entre os diversos serviços nacionais de saúde", defendeu o presidente do Governo Regional dos Açores.

O acesso gratuito dos açorianos aos canais de televisão generalistas, as políticas comunitárias de agricultura e pescas e ainda as perspectivas financeiras que estão em negociação para o período 2007/2013 foram outros dos assuntos tratados no encontro.

GOVERNO VAI AVANÇAR COM CONCURSOS
PÚBLICOS PARA DIRIGENTES
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A intenção do Governo de retomar os concursos públicos para a escolha de alguns dirigentes da Administração Pública, um processo iniciado com António Guterres e interrompido nos executivos PSD/PP foi recebida com "agrado" pelo líder parlamentar do PS, Alberto Martins.

"Vemos com agrado o regresso da ideia dos concursos públicos, mais rápidos e eficazes", afirmou Alberto Martins, que chefiava uma delegação do PS, à saída de uma reunião com o Governo sobre a alteração da legislação nesta matéria.

O presidente da bancada socialista revelou ainda que o Governo pretende dar uma maior responsabilidade à Assembleia da República na escolha de entidades administrativas independentes.

Alberto Martins sublinhou que irá "ser restringido e limitado o número de cargos designados por nomeação política" na Administração Pública.

A ideia, adiantou, é que seja definido um universo restrito de cargos que são "indiscutivelmente de nomeação política" e que mudam quando muda o Governo, sendo os restantes regidos pelos critérios da competência.

"É extremamente significativo e de particular relevância política que, tanto o Governo como os dirigentes da administração pública, possam ser alvo de uma maior responsabilização", disse.

De salientar que o Governo quer ver aprovada pelo Parlamento até ao Verão um diploma que regule a forma de designação dos dirigentes da administração pública, e comprometeu-se a apresentar ainda esta

semana "um primeiro documento de trabalho".

Segundo o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, este documento deverá conter os pontos em relação aos quais existe um "consenso generalizado" entre o Executivo, os partidos e as organizações sindicais, e aos quais o Governo promete vincular-se desde já.

Um desses pontos consiste em que os directores-gerais, subdirectores gerais e equiparados são cargos de confiança política, que cessam funções quando o Governo muda.

"O princípio de que os directores-gerais são de confiança política é um princípio que o Governo aplicará desde já", explicou Santos Silva, garantindo que o Executivo não quer fazer nomeações, "a não ser que sejam necessariamente manifestas, sem estarem estabelecidas as regras do jogo". Por outro lado, o ministro afirmou que "é preciso encontrar uma solução para as chefias intermédias que torne não discriminatória a sua nomeação, evitando o excesso de burocracia que ocorreu no passado".

Austeridade republicana

Por outro lado, o ministro dos Assuntos Parlamentares anunciou que o Governo seguirá uma conduta de moralização e de "austeridade republicana" na atribuição de ordenados a assessores, adjuntos de ministros e gestores de empresas públicas.

"O Governo vai seguir um caminho de

moralização e de austeridade republicana" na atribuição de vencimentos a assessores e adjuntos de gabinetes ministeriais, lógica que "deverá estender-se ao sector empresarial do Estado", disse Augusto Santos Silva.

As afirmações do ministro dos Assuntos Parlamentares foram proferidas após ter estado reunido com os partidos representados na Assembleia da República para procurar regras consensuais na nomeação de dirigentes da Administração Pública. Segundo referiu o titular da pasta dos Assuntos Parlamentares, "o primeiro-ministro, José Sócrates, deu instruções precisas para reduzir ao mínimo possível o número de elementos em gabinetes ministeriais".

Augusto Santos Silva disse que José Sócrates "deu também instruções precisas sobre os vencimentos" dos novos assessores e adjuntos dos gabinetes ministeriais, acrescentando que as remunerações dos adjuntos "estão equiparadas às dos directores de serviço da administração pública". A única excepção, ressaltou o ministro, "é quando um assessor ou adjunto opta pelo vencimento do seu lugar de origem", dando como exemplo desta situação casos em que um elemento do gabinete ministerial exercia antes a profissão de professor universitário catedrático.

"Mas vencimentos de elementos de gabinetes superiores ao do próprio ministro, como penso que acontecia no executivo anterior, isso acabou com o XVII Governo Constitucional", garantiu o ministro dos Assuntos Parlamentares.

CARRILHO E ASSIS SÃO OS CANDIDATOS SOCIALISTAS ÀS CÂMARAS DE LISBOA E PORTO

Sob proposta do secretário-geral, José Sócrates, com a concordância das respectivas concelhias, o Secretariado Nacional do PS aprovou por unanimidade as candidaturas de Manuel Maria Carrilho e Francisco Assis às câmaras de Lisboa e Porto.

Em conferência de Imprensa realizada no Largo Rato, Jorge Coelho, na sua qualidade de coordenador autárquico, sustentou que o PS escolheu dois "fortíssimos candidatos", com provas dadas e capazes de corporizar um projecto de mudança nas câmaras de Lisboa e Porto que "estão paradas".

Em relação à orientação estratégica autárquica global, Jorge Coelho declarou que "o PS concorrerá preferencialmente sozinho na maioria dos municípios, estando no entanto aberto à discussão com os partidos à sua esquerda em alguns locais que se justifique de forma a criar movimentos de mudança e de progresso". Esclarecendo que eventuais coligações serão analisadas "caso a caso", informou ainda que se encontra já agendada uma reunião de trabalho com o secretário-geral do PCP, a seu pedido. Jorge Coelho adiantou também que sempre que se entrar em negociações "nelas se incluirá o Bloco de Esquerda".

Porém, não deixou de sublinhar que tanto em Lisboa como no Porto o PS "tem votos para ganhar sozinho nestes dois concelhos". Sobre Lisboa, "onde há uma tradição da esquerda concorrer coligada", o dirigente socialista manifestou "a abertura do PS para concretizar alianças, que no entanto têm de ter em conta o peso relativo de cada um dos partidos". Referindo que o PS já tem 80 por cento dos candidatos escolhidos, Jorge Coelho anunciou como objectivos do PS nas próximas autárquicas de Outubro "ter mais votos que qualquer outra força política, aumentar o número de



presidências de câmaras e ganhar os municípios de Lisboa e Porto". O coordenador autárquico socialista revelou ainda que o PS vai realizar uma convenção no início de Setembro, proceder à apresentação dos seus

candidatos às presidências de câmara em Junho e tornar público um manifesto eleitoral com as linhas gerais do seu projecto autárquico nos dias 29 e 30 de Abril, respectivamente, no Porto e em Lisboa.

A seguir à reunião do Secretariado Nacional, teve também lugar no Largo do Rato um encontro de todos os presidentes de federação do PS destinado a fazer o ponto de situação das candidaturas socialistas.

UMA LISBOA MAIS SOLIDÁRIA E COSMOPOLITA

Transformar Lisboa numa "cidade mais solidária, competitiva, atractiva e cosmopolita" é o objectivo central do candidato socialista à Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Maria Carrilho, que se afirmou convicto de que o PS vencerá as autárquicas na capital "sozinho ou acompanhado".

Em conferência de Imprensa realizada no Parlamento, Manuel Maria Carrilho sustentou que "o PS tem força e energia para ganhar", salientando, no entanto, que "a coligação de esquerda tem uma tradição importante em Lisboa e viabilizou a grande mudança de 1989", quando Jorge Sampaio foi eleito presidente da Câmara. Sublinhando que, desde então, a situação mudou e o PS tem "mais parceiros" à esquerda além do PCP — o Bloco de Esquerda, que nas legislativas teve uma votação superior aos comunistas em Lisboa —, Manuel Maria Carrilho disse que para os socialistas "nada está excluído": concorrer sozinho, coligado com aquelas duas forças políticas ou apenas com uma delas.

"Tudo é possível. Vamos conversar para que em breve possamos dizer qual o resultado dessas negociações", acrescentou, sublinhando a importância de um consenso acerca do projecto para Lisboa para que exista uma coligação. Sobre o seu projecto, que diz ter estado a



preparar nos últimos meses, consultando técnicos e ouvindo as pessoas, Carrilho referiu que tem "muitas ideias". Na sua primeira declaração como candidato do PS à Câmara, Manuel Maria Carrilho anunciou que em Maio serão lançadas oito "Jornadas por Lisboa", temáticas, para aprofundar o "trabalho que

tem sido feito", que as propostas serão "gradualmente divulgadas" e que o projecto global será apresentado "no fim de Maio, princípio de Junho". Esse projecto, frisou, "terá uma visão integrada das soluções que a cidade precisa e não uma visão pontual, errática, casuística como tem acontecido nestes

quatro anos" e procurará tornar a capital do país "mais solidária, mais competitiva e mais cosmopolita", tirando-a da "letargia" em que se encontra, através de uma "resposta integrada para os problemas da cidade", como os transportes, o trânsito, a criminalidade, a degradação e a educação.

Carrilho apontou ainda os objectivos de "retirar Lisboa desta situação de quase marginalidade no âmbito das capitais europeias", no que respeita ao turismo e à cultura, e de fazer das autárquicas na cidade uma repetição da "mudança que as legislativas de 20 de Fevereiro significaram para o país".

"A cidade foi instrumentalizada às ambições pessoais do seu presidente, Pedro Santana Lopes, e não tem uma orientação estruturada. A cidade está bloqueada, sem liderança e sem projecto, como consequência da gestão da dupla Santana Lopes/Carmona Rodrigues", acusou.

Na conferência de Imprensa, Carrilho referiu ainda que "depois da decisão tomada pelo Secretariado Nacional e pela Concelhia de Lisboa do PS, o partido está unido para tirar a cidade da letargia", declarando-se "extremamente honrado" com a decisão do partido.

Carrilho desvalorizou o confronto com os outros candidatos, designadamente do PSD, que considerou um assunto "secundário", afirmando que o que o motiva é "derrotar os responsáveis pela situação em que Lisboa se encontra". E salientou: "Os cidadãos de Lisboa saberão analisar os últimos quatro anos de instrumentalização da Câmara municipal".

BAIÃO**JOSÉ LUÍS CARNEIRO ENCABEÇA LISTA À CÂMARA**

O deputado socialista José Luís Carneiro é o nome escolhido pelos socialistas de Baião para encabeçar a lista de candidatos à liderança da autarquia local nas eleições de Outubro próximo.

O combate ao desemprego, a educação, formação e qualificação profissionais são os objectivos centrais deste jovem parlamentar de 33 anos que actualmente lidera a oposição ao executivo laranja de Baião. No âmbito de um plano mais vasto de desenvolvimento económico e social, José Luís Carneiro compromete-se a apostar na formação de activos, no lançamento de pólos de desenvolvimento empresarial e na exploração do potencial do concelho na área do turismo de montanha. "Queremos afirmar Baião como pulmão do distrito do Porto", sublinhou, apontando ainda como prioridades da sua candidatura a Baião a optimização das redes de água e esgotos e o melhoramento das estruturas de saúde.

A apresentação pública da candidatura de José Luís Carneiro acontecerá a 18 de Junho.

LOULÉ**VÍTOR ALEIXO AMBICIONA "NOVO RUMO" PARA A AUTARQUIA**

Vítor Aleixo é oficialmente o candidato do Partido Socialista à presidência da Câmara Municipal de Loulé nas próximas eleições autárquicas.

A decisão foi tomada numa reunião da Comissão Política Concelhia que teve como pontos centrais da ordem de trabalhos a discussão da estratégia eleitoral do partido e a eleição do candidato à liderança da autarquia de Loulé.

Entre as razões que o levaram a assumir este desafio, o candidato socialista sublinha o resultado, para o concelho, de três anos e meio de uma gestão que, frisou "regrediu para o clientelismo, para o amiguismo e o autoritarismo", teima num "modelo de gestão esgotado", distanciando a sua acção dos reais problemas e necessidades das populações.

Loulé está em "águas paradas" com este Executivo camarário que evidencia claramente a sua "falta de ambição", criticou.

Feito o balanço negro de três anos e meio da acção executiva local do PSD, o camarada Vítor Aleixo propõe um "novo rumo" e uma nova estratégia que resgate o concelho de continuadas perdas.

Assim, com a sua candidatura à presidência da autarquia louletana, o dirigente socialista compromete-se a investir mais nas vilas e cidades do concelho, dando atenção particular aos projectos que visem benefícios particulares para crianças e jovens e a encetar uma pedagogia de gestão autárquica moderna que evidencie "duas marcas essenciais": a participação e a responsabilização dos cidadãos e a sustentabilidade. **M.R.**

SOUSEL**DESENVOLVER O CONCELHO MOTIVA CANDIDATURA DE MÁRIO MARQUES**

Contribuir para um "efectivo desenvolvimento, progresso e bem-estar do concelho" onde vive é uma das razões apontadas por Mário Marques para avançar com a sua candidatura à presidência da autarquia de Soussel.

"Conheço as aspirações das populações locais", garantiu ao "Acção Socialista" este empresário de 47 anos, convicto de que, à frente do Executivo camarário, poderá "ajudar eficientemente na resolução dos problemas com que as pessoas se deparam no seu dia-a-dia.

Outras motivações essenciais para a candidatura socialista de Mário Marques prendem-se, segundo explicou o próprio, com "o actual estado de subdesenvolvimento do concelho, o incentivo de militantes e simpatizantes do PS e o estímulo de amigos e parceiros do campo empresarial", que o descrevem como "a pessoa mais indicada para presidir aos destinos da Câmara".

O camarada Mário Marques, designado candidato em votação da concelhia, defende igualmente a urgente e necessidade de modernizar Soussel, por forma a serem criadas condições para que este concelho alentejano possa "acompanhar a caminhada de um século em constante mudança e desenvolvimento".

Recorde-se que o candidato socialista à presidência da Câmara de Soussel é também presidente da concelhia do PS local há três anos e membro estrutura distrital de Portalegre. **M.R.**

UISEU**MIGUEL GINESTAL PROTAGONIZA CANDIDATURA DA MUDANÇA**

O PS vai candidatar à Câmara de Uiseu nas próximas eleições autárquicas o professor e deputado da Assembleia da República Miguel Ginestal, de 39 anos. O anúncio foi feito, ontem, pela Comissão Política Concelhia, após a candidatura ter sido aprovada pela vontade unânime, em reunião desta estrutura.

Em comunicado da Concelhia, os socialistas asseguram ter feito uma escolha baseada "nas qualidades pessoais, no currículo e no perfil do

candidato", frisando que o objectivo é renovar a governação do concelho, que actualmente é liderada pelo PSD.

"Com Miguel Ginestal, o PS parte para esta candidatura com um novo projecto político para Uiseu, com novos protagonistas e com uma nova estratégia", explicam, sublinhando que se trata de "uma candidatura de mudança e vitória".

Segundo a Comissão Política Concelhia, "pretende-se uma candidatura aliçada no diálogo com a sociedade

civil abrangente, mobilizadora e participada".

Miguel Ginestal tem uma licenciatura em ensino da Escola Superior de Educação de Uiseu e o mestrado em Gestão Pública da Universidade de Aveiro.

Deputado na Assembleia da República, onde integra a Comissão de Assuntos Económicos, Planeamento e Desenvolvimento Regional, Ginestal é também líder do PS na Assembleia Municipal de Uiseu e membro da Comissão Nacional do PS.

LEIRIA**RAUL CASTRO NA CORRIDA À PRESIDÊNCIA DA EDILIDADE**

O PS candidata de novo Raul Castro à presidência da Câmara de Leiria nas autárquicas de Outubro próximo.

Segundo o presidente da concelhia socialista, José Manuel Silva, o nome do ex-presidente da Câmara da Batalha foi aprovado por mais de 90 por cento dos membros da Comissão Política Concelhia do PS local.

Para o Raul Castro, a sua candidatura tem motivações pessoais que passam pela honra do convite formulado, pelo incentivo dos amigos e, sobretudo, pela crescente preocupação que a realidade

de Leiria suscita.

"Estou convencido de que é chegada a hora de mudar", afirmou, em conversa com o "Acção Socialista", lamentando de seguida que o concelho não tenha conseguido "dar o salto" e crescer.

"Os resultados da acção do executivo local estão à vista", frisou, apontando para um crescente pessimismo presente nas expectativas dos munícipes relativas ao futuro do concelho.

"É altura de dar a Leiria o que Leiria merece", defendeu, ressalvando que, "actualmente a autarquia carece de

capacidade de gestão".

Recorde-se que, em 1997, Castro obteve o melhor resultado de sempre do PS, perdendo por apenas três mil votos para a actual edil laranja.

Os socialistas de Leiria consideram que o seu candidato tem todas as condições para a vitória e não hesitam em vincar a reputação por ele alcançada no desempenho de funções autárquicas na Batalha, "onde ainda é muito elogiado pelos munícipes", disse José Manuel Silva.

M.R.**GAIA****PS CONFIA EM BARBOSA RIBEIRO PARA GANHAR O MUNICÍPIO**

O presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Gaia, Barbosa Ribeiro, é o candidato socialista à presidência da câmara local na próxima batalha autárquica.

Bancário de profissão e antigo sindicalista, Barbosa Ribeiro, 55 anos, foi deputado na Assembleia da República na VII e IX legislaturas e presentemente integra as comissões

políticas distrital e nacional do PS. Autarca há 25 anos, está à frente do PS/Gaia há cinco mandatos e firmemente convencido de que vai ganhar, segundo asseverou à Imprensa.

Barbosa Ribeiro considera que "o profundo conhecimento dos problemas do concelho" e a grande "ânsia de mudança que se sente em Gaia" são as principais vantagens da sua candidatura,

vincando ainda que a "inconstância" que substitui a "grande fragilidade" do seu provável adversário laranja.

Descrevendo o projecto do PSD para o concelho de Gaia como "esgotado", o candidato socialista acusou o actual edil Luiz Filipe Meneses de não saber o que quer e de usar a autarquia como "palco para o espectáculo mediático de que vive".

MAIA**JORGE CATARINO É ROSTO SOCIALISTA DA ALTERNATIVA**

A concelhia da Maia do PS anunciou, no passado dia 30 de Março, a escolha de Jorge Catarino para liderar a candidatura socialista à câmara local.

Em comunicado, a estrutura do PS refere que a decisão foi tomada numa reunião da comissão política concelhia em que o nome de Jorge Catarino contou com 90 por cento dos votos favoráveis.

A necessidade urgente de alternância na Câmara da Maia destacou-se entre as razões apresentadas pelo candidato para avançar com uma alternativa socialista para a gestão camarária.

Jorge Catarino diz que "a Maia fechou

um ciclo com a morte do antigo presidente da câmara". Por isso, considerou, "o concelho está órfão", apresentando uma situação crítica e "os maiatos devem dar agora uma oportunidade ao PS".

"A Câmara está à beira da bancarrota, sem norte, sem estratégia nem liderança, esquecida dos verdadeiros problemas que afligem os cidadãos", alertam os socialistas num documento, onde criticam fortemente o aumento em flecha da criminalidade, a insegurança nas ruas, a escassez dramática de habitação social, o caos nos transportes públicos, a delapidação do património e a política

de "betão armado e compadrio".

O candidato socialista à Câmara da Maia afirma-se pronto a assumir a chefia de um "Executivo unido dinâmico, com liderança".

Depois de um quarto de século de gestão laranja, "torna-se imperioso e evidente a mudança", defendem, lembrando que "a democracia constrói-se na alternância" e que os socialistas apresentam "um conjunto de prioridades", nomeadamente nas áreas sociais e em matéria de transportes. "que não se revêem na acção do actual Executivo municipal".

M.R.

BRAGA

CÂMARA RESPIRA SAÚDE FINANCEIRA

Apoiando-se numa política de rigor e "grande contenção nas despesas de funcionamento", Mesquita Machado conseguiu um quadro de invejável "saúde financeira de ferro" para a autarquia a que preside e concretizar os investimentos municipais projectados. A boa nova foi conhecida, no passado dia 4, na apresentação do documento de prestação das contas correspondentes a 2004, ocasião que Mesquita Machado aproveitou para sublinhar que a poupança correntes dos cofres autárquicos, que já soma cerca de 24 milhões de euros, registou um aumento de 25,5 por cento relativamente ao ano anterior graças à implementação de uma "gestão apertada" assente na racionalização, no rigor e na máxima optimização dos recursos. Significa isto, venceu, "que houve mais receita do que despesa, mesmo num ano mau".

No que toca à análise em separado das receitas e despesas, Mesquita Machado explicou que, apesar de a arrecadação das receitas de capital (dependentes da Administração Central) ter ficado "aquém do previsto", cifrando-se a taxa de execu-



ção nos 62 por cento, a média ascende a perto de 82 por cento, juntando-lhe os ganhos correntes.

A taxa de execução das despesas ficou-se nos 81 por cento do montante orçamentado, feito que o edil bracarense saudou, para depois apresentar quadros e números, como o aumento de 8,6

milhões de euros em proveitos operacionais, registando mais 16,7 por cento, ou o resultado líquido do exercício camarário, que totalizou quase 17 milhões de euros, representando "um crescimento de 40,57 por cento". "Isto diz bem da forma como trabalhamos", concluiu.

AVEIRO

ALBERTO SOUTO EM DIÁLOGO COM AS POPULAÇÕES

Os elevadores da denominada "passagem de nível do Pingo Doce", em Aveiro, inactivos devido a vandalismo, voltarão a funcionar. Esta a garantia dada ontem pelo presidente do Executivo camarário, o camarada, Alberto Souto, que assegurou a instalação de um sistema de videovigilância para aumentar a segurança na zona.

Os elevadores foram instalados juntamente com a escadaria de passagem para os peões, após o encerramento daquela passagem de nível, junto ao cruzamento da estrada de S. Bernardo, mas têm estado inoperacionais.

Numa reunião pública com o presidente da câmara, para além dos problemas levantados relativamente à passagem de peões, os moradores queixaram-se de transtornos causados pelas obras de modernização da Linha do Norte, nomeadamente pelo barulho do trabalho nocturno da Refer.

Neste caso, o edil assegurou que irá transmitir à empresa as preocupações dos residentes.

Durante o encontro entre o autarca e os munícipes foi ainda anunciada uma operação de realojamento no Bairro de Santiago, em casas de renda social, das famílias que vivem na Cova das Agradas.

O executivo camarário pretende tomar posse administrativa das habitações degradadas da Cova das Agradas, cuja construção é ilegal (em zona de Reserva Ecológica), para as demolir.

A seguir à Cova das Agradas será a vez de serem realojadas as famílias da "Ilha do Canasto", segundo referiu o autarca do PS.

Para responder às necessidades de habitação social do concelho está a ser construído um novo bairro em Cacia, com 21 casas, e para as Agradas do Norte está a ser projectado um empreendimento em parceria com uma cooperativa de habitação.

DISTRITO DE COIMBRA

RECANDIDATURAS SOCIALISTAS EM CONDEIXA, LOUSÃ E TÁBUA

O PS/Coimbra anunciou, no passado dia 5, que os actuais presidentes das câmaras de Condeixa-a-Nova, Lousã e Tábua voltam a liderar as listas socialistas aos respectivos concelhos nas próximas eleições autárquicas.

O presidente da federação distrital conimbricense, Victor Baptista, disse que Jorge Bento, Fernando Carvalho e Ivo Portela vão recandidatar-se em Condeixa, Lousã e Tábua, respectivamente.

O médico Rui Crisóstomo, que foi presidente

da Câmara de Cantanhede entre 1993 e 1997, é de novo o candidato do PS neste município.

Em Mira, outro concelho do litoral do distrito, João Reigota vai ser o candidato socialista numa autarquia que já liderou durante dois mandatos (de 1993 a 2001).

Já no concelho de Montemor-o-Velho, o actual vereador do PS Victor Carneiro, presidente da Associação Fernão Mendes Pinto, será votado no próximo dia 9 pela Comissão Política Concelhia, num processo

que o líder da estrutura socialista local prevê decorra de forma consensual.

Entretanto, já indicados e aprovados foram os nomes de António Oliveira Simões, em Arganil, Mendes Lopes, em Penela, Fernando Antunes, em Pampilhosa da Serra, enquanto António Simões será o cabeça de lista à autarquia de Miranda do Corvo.

De acordo com Victor Baptista, os candidatos socialistas em Penacova, Oliveira do Hospital, Gois e Vila Nova de Poiares deverão ser votados até sábado.

MATOSINHOS

MUNICÍPIO ANUNCIA 27 MEDIDAS AMBIENTAIS

Com vista a melhorar a qualidade de vida dos habitantes de Matosinhos, o executivo camarário liderado pelo socialista Narciso Miranda vai concretizar, até ao final do presente mandato, 27 medidas ambientais.

Segundo o vice-presidente e vereador do pelouro do Ambiente da autarquia, Guilherme Pinto, trata-se de "um conjunto de medidas inteiramente novas ou quase novas destinadas aos cidadãos", assumidos como "compromisso para fechar as políticas (ambientais)".

Entre as medidas anunciadas no passado dia 1 está a conclusão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentado de Matosinhos, com o qual será possível definir as linhas que conduzam a uma efectiva melhoria dos índices de qualidade de vida no concelho.

A autarquia pretende adoptar medidas preventivas e indutoras de impactos positivos ao nível do urbanismo, prevendo beneficiar os empreendimentos amigos do ambiente, casas ecológicas e edifícios inteligentes através da redução dos custos das taxas.

Outra das medidas prende-se com a colocação de redutores de pressão da água, visando minimizar perdas. Mas, para reduzir o consumo efectivo de água, a edilidade vai também projectar para novos espaços verdes a substituição de relva por prado.

Por outro lado, o programa "Quem incomoda, incomoda-se" vai melhorar e criar novos mecanismos para demover comportamentos prejudiciais, através da actuação da Polícia Municipal.

Para isso, por exemplo, a Câmara prevê adaptar o Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos à nova realidade, admitindo aumentar os valores das coimas associadas a cada infracção.

Minimizar os fenómenos de queimadas a céu aberto e promover acções de sensibilização e de remoção de placas publicitárias da via pública ocupando passeios são outras das iniciativas previstas.

Quanto ao que a autarquia denomina "mobilidade ecológica" está prevista a realização de um estudo para a elaboração do regulamento municipal de acessibilidades.

Narciso Miranda fez um balanço "extremamente positivo" do mês do ambiente, afirmando que este conjunto de políticas a implementar a breve prazo advém dos compromissos assumidos com a população.

AGENDA AUTÁRQUICA

15 de Abril – Moita: Apresentação pública da candidatura de Eurídice Pereira, com a presença de Jorge Coelho

16 de Abril – Paredes: Apresentação pública da candidatura de Elídio Meireles, com a presença de José Lello

24 de Abril – Felgueiras: Apresentação pública da candidatura de José Campos, com a presença de José Lello

25 de Abril – Cadaval: Apresentação pública da candidatura de Maria João Rodrigues, com a presença de Jorge Coelho

29 de Abril – Porto: Colóquio Autárquico

30 de Abril – Lisboa: Colóquio Autárquico

1 de Maio – Marco de Canaveses: Apresentação pública da candidatura de Luís de Almeida

6 de Maio – Águeda: Apresentação pública da candidatura de Gil Nabais, com a presença de Jorge Coelho e Manuel Alegre

7 de Maio – Paços de Ferreira: Apresentação pública da candidatura de Paulo Ferreira

7 de Maio – Setúbal: Fórum Autárquico, com a participação de Jorge Coelho

14 de Maio – Faro: Fórum Autárquico com a participação de Jorge Coelho

21 de Maio – Mangualde: Apresentação pública da candidatura de João Azevedo, com a presença de Jorge Coelho

29 de Maio – Figueiró dos Vinhos: Apresentação pública da candidatura de Fernando Manata, com a presença de Jorge Coelho

4 de Junho – Guimarães: Convenção Autárquica, com a participação de Jorge Coelho

5 de Junho – Évora: Apresentação pública de todos os candidatos às câmaras do distrito

18 de Junho (17h00) – Lousada: Anúncio da recandidatura de Jorge Magalhães, com a presença de Jorge Coelho

18 de Junho (20h30) – Baião: Apresentação pública da candidatura de José Luís Carneiro, com a presença de Jorge Coelho

10 de Julho – Vila Real: Fórum Autárquico, com a participação de Jorge Coelho

O PÁIS RELATIVO

O NOSSO CAMINHO

Nos últimos três anos, a política de emprego desapareceu do mapa das preocupações políticas. Apesar do crescimento do desemprego, apesar da recessão que provocou o desaparecimento em massa de postos de trabalho e uma retracção fortíssima na criação de novos empregos, o lema (nunca assumido) do Governo anterior foi, pura e simplesmente, deixar o mercado funcionar. E, como está à vista, funcionou tragicamente bem: perto de 500.000 desempregados, um aumento de mais de 150.000 em apenas três anos. Difícilmente os mecanismos do mercado poderiam ser mais cristalinos; dificilmente o silêncio de Durão, Santana, Bagão e Negrão poderia ser mais ruidoso; dificilmente as consequências sociais e económicas da inacção poderiam ser mais gravosas.

Mas, mais dramático ainda num quadro como este, a receita "mais mercado" foi também o mote visível da alteração das leis laborais — que não desapareceram das preocupações, antes pelo contrário. O Código do Trabalho, cozinhado no segredo de um gabinete em poucas semanas, foi aprovado após um simulacro de concertação que deixou de fora a oposição e parte dos parceiros sindicais. E cravou no mercado de trabalho uma marca clara: desequilíbrio em favor da desregulação e da desprotecção.

Serão controversos os efeitos que isto tem na modernização da economia portuguesa, e nas dinâmicas de criação de empregos. Além do mais, a questão que podemos colocar é sempre *que* empregos serão, de facto, esses. Até porque, é bom não esquecer, Portugal terá das leis laborais mais rígidas da Europa, mas tem também os mais elevados índices de desprotecção e de precaridade laboral. E uma coisa é certa: os efeitos sobre os equilíbrios do mercado de trabalho e sobre os padrões de regulação típicos das sociedades desenvolvidas são, no mínimo, graves.

É por isso que o caminho a seguir tem de ser no sentido de recolocar a política de emprego no mapa da acção política: e de reequilibrar a legislação laboral nos nós decisivos em que a opção pela desregulação fere os interesses mais básicos: os dos trabalhadores e os das próprias empresas. A negociação colectiva, ferida de morte pelo código, é uma dessas matérias. Ora, isto tem de ser feito *ouvindo* os parceiros sociais e os partidos da oposição. Mas *tem de ser feito*.

Num país com o défice de qualificações como o que temos, com os baixos salários médios que são conhecidos, e com os níveis de desigualdade que são os maiores da Europa, tudo o que se afaste desta linha, a mais justa, de determinação equilibrada e concertada não é modernizar: é, tão-só, criar mais e mais graves problemas a mais pessoas, a mais empresas, a todos nós.



MIGUEL CABRITA

X LEGISLATURA

PS PRESIDE A OITO COMISSÕES PARLAMENTARES

O PS preside a oito das 12 comissões especializadas da Assembleia da República na X Legislatura, cuja constituição foi aprovada por unanimidade, no passado dia 31 de Março, com os partidos a considerarem a proposta satisfatória e equilibrada.

Entretanto, no dia 4 de Abril, os deputados socialistas votaram, no âmbito da bancada, os camaradas a indicar para presidentes e vice-presidentes das comissões parlamentares.

Assim, à primeira comissão, dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (que terá uma subcomissão para a Igualdade de Oportunidades), presidirá Osvaldo de Castro.

A vice-presidência da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas caberá a Leonor Coutinho, enquanto a dos Assuntos Europeus será presidida por António Vitorino.

À frente da Comissão da Defesa estará Miranda Calha e Teresa Venda assumirá o segundo lugar na hierarquia da Comissão do Orçamento e das Finanças Públicas. Por sua vez, na sexta comissão, João Cravinho presidirá aos Assuntos Económicos, que passou a integrar a agricultura.

Já Jorge Coelho ocupará o cargo de presidente da comissão do Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, enquanto a oitava comissão, da Educação Ciência e Cultura, estará confiada à



liderança de António José Seguro.

A vice-presidência da Comissão das Obras Públicas, Transportes e Comunicações fica entregue ao camarada Carlos Zorrinho, sendo Rui Cunha o socialista que vai dirigir a Comissão da Saúde e Toxicodependência.

Por último, para presidir à comissão do Trabalho e Segurança Social foi eleito Victor Ramalho e, ficando como vice-

presidente da Comissão de Ética a camarada Susana Amador.

Refira-se que ao PSD cabe as presidências das comissões dos Negócios Estrangeiros, Orçamento e Finanças, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Ética.

O processo de instalação das comissões especializadas da Assembleia da República ficou hoje concluído.

DISTRIBUIÇÃO DE DEPUTADOS SOCIALISTAS POR COMISSÕES

1ª COMISSÃO

Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Ana Catarina Mendes
António Gameiro
Arons de Carvalho
Celeste Correia
João Serrano
Jorge Strecht Ribeiro
Marcos Perestrello
Mária de Belém
Mária do Rosário Carneiro
Mária Helena Ferreira Dinis
Marques Júnior
Osvaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Sónia Furtuzinhos
Susana Amador
Teresa Dinis
Vitalino Canas

2ª COMISSÃO

Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ferro Rodrigues
Isabel Vigia
José Luís Carneiro
Leonor Coutinho
Mária Carrilho
Mária Helena Rodrigues
Matilde Sousa Franco
Nelson Baltazar
Renato Leal
Rosa Maria Albernaz
Vera Jardim
Vitor Ramalho

3ª COMISSÃO

Assuntos Europeus

António Vitorino
Armando França Alves
Celeste Correia
Cristina Granada
Elísio de Amorim
Guilherme D'Oliveira Martins
Isabel Nunes Jorge
Júlio Miranda Calha
Manuel Maria Carrilho
Manuela de Melo
Mária Antónia Almeida Santos
Mária de Belém
Mária de Lurdes Ruivo
Nuno Sá
Paula Cristina de Deus
Paula Cristina Duarte
Vitalino Canas

4ª COMISSÃO

Defesa Nacional

Agostinho Gonçalves
Alberto Antunes
João Soares
Joaquim Couto
José Lamego
José Lello
Júlio Miranda Calha
Luís Fagundes Duarte
Marques Júnior
Mota Andrade
Ramos Preto
Renato Sampaio
Sónia Sanfona
Vera Jardim

5ª COMISSÃO

Orçamento e Finanças

Afonso Candal
Aldemira Pinho
António Gameiro
Fernando Gomes
Guilherme D'Oliveira Martins
Hortense Martins
Joaquim Pina Moura
José Augusto de Carvalho
Leonor Coutinho
Luís Carito
Maximiano Martins
Ricardo Rodrigues
Teresa Venda
Vitor Baptista

6ª COMISSÃO

Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional

António Ceia da Silva
Fernando Gomes
Hortense Martins
João Cravinho
Joaquim Pina Moura
Joaquim Ventura Leite
Jorge Almeida
José Apolinário
Luís Braga da Cruz
Maximiano Martins
Miguel Freitas
Miguel Ginestal
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Rui Vieira
Teresa Venda

7ª COMISSÃO

Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território

Ana Couto
António Galamba
Carlos Lage
Carlos Lopes
Cláudia Vieira
Glória Araújo
Horácio Antunes
Jorge Coelho
José Augusto de Carvalho
Jovita Ladeira
Luís António Pita Ameixa
Manuel Luís Vaz
Marcos Sá
Pedro Farmhouse
Ramos Preto
Renato Sampaio
Vitor Pereira

8ª COMISSÃO

Educação, Ciência e Cultura

António José Seguro
Carlos Zorrinho
Cristina Granada
Fernanda Asseceira
Fernando Cabral
Isabel Coutinho
Jacinto Serrão
João Cândido da Rocha Bernardo
Luís Fagundes Duarte
Luísa Salgueiro
Manuel António da Silva
Manuela de Melo
Mária Odete João
Paula Cristina Santos
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Rosalina Martins
Teresa Portugal

9ª COMISSÃO

Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Alberto Antunes
António Ceia da Silva
António Galamba
Carlos Lage
Carlos Zorrinho
Fernando Cabral
Horácio Antunes
Irene Veloso
Jorge Fão
José Apolinário
José Junqueiro
Miguel Coelho
Mota Andrade
Nelson Baltazar

10ª COMISSÃO

Saúde

Afonso Candal
João Raul Portugal
Joaquim Couto
Jorge Almeida
Luís Carito
Luísa Salgueiro
Manuel Pizarro
Mária Antónia Almeida Santos
Mária de Fátima Pimenta
Marisa Costa
Ricardo Gonçalves
Rui Cunha
Vitor Baptista

11ª COMISSÃO

Trabalho e Segurança Social

Cidália Faustino
Custódia Fernandes
Isabel Santos
João Raul Portugal
Jorge Strecht Ribeiro
Mária do Rosário Carneiro
Mária José Gamboa
Miguel Laranjeiro
Nuno António
Ricardo Freitas
Sónia Furtuzinhos
Vitor Ramalho

12ª COMISSÃO

Ética

Ana Catarina Mendes
Armando França Alves
Arons de Carvalho
Cláudia Vieira
Elísio de Amorim
João Serrano
Luís António Pita Ameixa
Luísa Salgueiro
Manuel Pizarro
Mária Antónia Almeida Santos
Mária de Fátima Pimenta
Marisa Costa
Ricardo Gonçalves
Rui Cunha
Vitor Pereira

JORNADAS PARLAMENTARES PS/AÇORES

SOCIALISTAS ESPERAM POSTURA CONSTRUTIVA DA OPOSIÇÃO NA DISCUSSÃO DO PLANO E ORÇAMENTO

O PS/Açores espera que a "oposição — com as divergências naturais que a democracia implica e exige — saiba fazer o seu papel e criticar construtivamente" os documentos do Governo Regional liderado pelo socialista Carlos César.

O apelo foi deixado por Francisco Coelho, no passado dia 31 de Março, no encerramento das jornadas parlamentares regionais que decorreram em Ponta Delgada.

O líder dos deputados socialistas na Assembleia Legislativa dos Açores desafiou a bancada do PSD a apresentar "críticas construtivas" durante a discussão das propostas de Plano e Orçamento para 2005.

Para Francisco Coelho, só com esta postura "se pode dignificar o parlamento" açoriano, onde o PS "não tem todas as responsabilidades", apesar de dispor da maioria dos deputados regionais.

Recorrendo à ironia política, o dirigente socialista interrogou-se, ainda, sobre se o debate parlamentar "vai ter a sorte e a felicidade de contar com o contributo de



Víctor Cruz (um dos vice-presidentes nacionais do PSD) na Assembleia Legislativa Regional ou se, pelo contrário, o PSD vai ter um líder refugiado na República".

Relativamente ao Plano e ao Orçamento para 2005 e às Orientações de Médio Prazo, Francisco Coelho considerou que são dois "excelentes documentos" que respondem às propostas eleitorais socialistas e ao Programa de Governo já aprovado no parlamento.

Segundo afirmou, as propostas apresentadas pelo Executivo de Carlos César vão permitir um crescimento económico sustentável, ao mesmo tempo que asseguram o "grande objectivo" da coesão social e territorial entre as nove ilhas.

Francisco Coelho referiu, ainda, que a bancada do PS deposita "muita esperança" no relacionamento entre os Açores e o Governo da República de José Sócrates, de quem espera o "integral cumprimento da Lei de Finanças Regionais".

O encerramento das jornadas parlamentares do PS contou com a presença do secretário regional da Presidência, para quem o desenvolvimento dos Açores é "fruto claro e inequívoco de opções políticas".

Vasco Cordeiro rejeitou a ideia de que os indicadores económicos e sociais verificados nas ilhas sejam resultado da "teoria do acaso", pelo que considerou esta visão uma "desculpa da oposição". Segundo disse, o Plano e Orçamento e as Orientações a Médio Prazo constituem "instrumentos" para as políticas do Governo Regional, enquadradas na chamada Estratégia de Lisboa, em áreas como a qualificação dos recursos humanos e a inovação.

Recorde-se que os documentos apresentados pelo Governo apontam para um investimento público de 545 milhões de euros para este ano, 312 milhões da responsabilidade directa do Executivo e os restantes de fundos autónomos, empresas públicas e verbas da União Europeia.

MADEIRA

PS/M APELA A CONSENSO NA DISCUSSÃO DE ESTATUTO REGIONAL

O novo líder parlamentar dos deputados do PS na Assembleia Legislativa da Madeira (ALM), Bernardo Martins, apelou ao "maior consenso possível" no debate sobre o Estatuto Político-Administrativo da região, salientando que o PS-M "está disponível para discutir todos os assuntos".

Bernardo Martins falava, no passado dia 29 de Março, pouco depois da sua eleição para a liderança do grupo parlamentar socialista, ocasião em que acusou a bancada laranja de "arrogância" por querer aproveitar "a maioria na Madeira para impor o seu Estatuto".

"Os socialistas madeirenses estão contra os círculos eleitorais propostos pelos deputados do PSD" porque "eles implicam a união de vários concelhos" e "não respeitam o princípio da proporcionalidade", explicou, advertindo de seguida que, se o PSD-M assumir uma atitude sobranceira no parlamento regional, os socialistas vão "fazer valer" as suas propostas na Assembleia da República.

O PS-M, frisou o presidente do bancada socialista regional, opõem-se também à criação de leis específicas para a Madeira que propiciem a "defesa de interesses privados e de amigos do PSD-M", como se se tratasse de "um regime jurídico de empreitadas e obras públicas e de aquisição de bens e serviços".

No parlamento regional, Bernardo

Martins realçou igualmente que a proposta de revisão dos socialistas consagra a transparência do exercício dos cargos políticos e os princípios da lealdade institucional, bem como da boa-fé no relacionamento entre os órgãos de Governo da região e a Assembleia da República.

Recorde-se que o PS defende uma maioria qualificada de dois terços dos deputados para aprovação, em sede de votação final global, do anteprojecto da Lei do Estatuto Político-Administrativo, da Lei Eleitoral, de referendos e assuntos de natureza tributária, da criação e extinção de autarquias locais e reprivatização de

empresas públicas.

Advoga ainda a suspensão das funções dos presidentes do Governo Regional, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias candidatos a deputados, a abertura de uma delegação da Assembleia Legislativa na ilha do Porto Santo e a deslocação de uma delegação parlamentar a uma das comunidades madeirenses no estrangeiro.

Inicialmente agendado para 6 de Abril, o debate sobre a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Madeira foi cancelado *sine die* devido ao luto nacional pela morte do Papa João Paulo II.

BERNARDOMARTINS É O NOVO LÍDER DO GP/PS-M

Bernardo Martins foi eleito líder do grupo parlamentar do PS na Assembleia Legislativa da Madeira, no passado dia 29 de Março, em substituição de Bernardo Trindade, actual secretário de Estado do Turismo.

Na reunião, os socialistas elegeram ainda como vice-presidentes da bancada socialista no Parlamento madeirense os deputados Gil França, Vítor Freitas e Isabel Sena Lino.



AÇORES

APROVADA ALTERAÇÃO À LEI ELEITORAL DA REGIÃO

O projecto de alteração à Lei Eleitoral dos Açores, que prevê um aumento do número de deputados de 52 para 57, foi aprovado por maioria, na Assembleia Legislativa regional, com os votos favoráveis do PS.

A anteproposta de lei estabelece a criação de um círculo regional de compensação, a juntar aos nove de ilha já existentes, pelo qual serão eleitos os novos cinco parlamentares.

Esta nova eleição, que só terá efeitos a partir da próxima legislatura (2008), será feita através dos votos que não permitiram eleger deputados nos nove círculos de ilha.

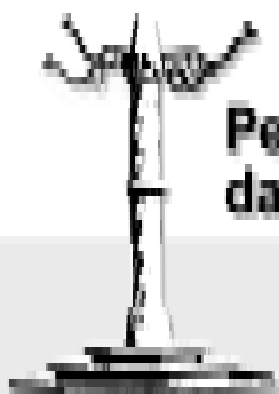
Os deputados açorianos avançaram com o processo de alteração à lei eleitoral devido à necessidade de melhorar a proporcionalidade do sistema (relação entre votos e mandatos), evitando-se, assim, que o partido mais votado não obtivesse, porém, o maior número de parlamentares.

No plenário, que decorreu na Horta, Francisco Coelho, líder da bancada do PS, garantiu que esta é a melhor forma de alterar a lei e criticou o PSD por se ter oposto a esta solução.

"As responsabilidades inerentes ao principal partido da oposição exigiam muito mais, desde logo que não se auto-marginalizasse em matéria estruturante do nosso sistema eleitoral", disse.

A anteproposta de lei aprovada no parlamento açoriano será, agora, submetida à apreciação da Assembleia da República, à qual compete a aprovação final do diploma.





Pelourinho da República

“[Temos] que deslocar completamente a política do partido [PSD] dos interesses”

Leonor Beleza

Antena Um, 02-04-05

“A verdadeira oposição no PSD tem um rosto: António Borges”

Ângelo Correia

“A Capital”, 02-04-05

“[António Borges] despertou tarde para a vida política e dá ideia de querer entrar logo pelo topo, com cartão dourado e prerrogativas especiais”

José António Lima

“Expresso”, 02-04-05

“Este não é o meu PSD”

Ângelo Correia

“A Capital”, 02-04-05

“A direita não perdeu apenas o poder, parece ter ficado sem estratégia, sem discurso e sem alma”

Manuel Alegre

“Expresso”, 02-04-05

“António Borges queria ser ministro de Santana Lopes”

Rui Gomes da Silva

“O Independente”, 01-04-05

“Quem? Não me lembro desse nome. Esse nome não me diz nada”

Idem (sobre Henrique Chaves)

ibidem

“Os partidos, e em particular o PSD, estão desqualificados”

Macário Correia

“CM”, 31-03-05

“O PS já faz directas, o CDS também já discute o tema. Um dia destes, até o sr. Jerónimo de Sousa é eleito por sufrágio directo e universal»

Luís Filipe Menezes (defendendo a urgência de eleições directas no PSD)

“SIC-Notícias”, 1/4/05

“Vou ficar sem tempo para os meus netos»

Cavaco Silva

“Sábado”, 01-04-05

“As candidaturas só se lançam a larga distância se o candidato não tiver notoriedade”

Idem

ibidem

INTERNACIONAL SOCIALISTA DEBATE GLOBALIZAÇÃO E POBREZA EM ÁFRICA

O impacto da globalização em África, a luta contra a pobreza e a governação democrática para o desenvolvimento sustentável numa sociedade global, são alguns dos temas centrais da reunião do Comité Económico, Coesão Social e Ambiente da Internacional Socialista, que se realiza em Nairobi, Quênia, nos dias 8 e 9, e que contará com a participação do secretário para as Relações Internacionais, José Lello.

A reunião, que será presidida pelo alemão Christoph Zödel, é de grande importância para o desenvolvimento do continente africano e levará a Nairobi muitos líderes socialistas de várias partes do mundo, para debater também temas como a boa governação, a integração regional e socioeconómica e as propostas africanas para uma boa governação global.

Os membros do Comité vão preparar também um segundo relatório semestral sobre a governação democrática e o desenvolvimento sustentável e abordarão o tema dos Objectivos do Milénio, que são erradicar a pobreza e a fome, conseguir a educação primária para todas



as crianças, promover a igualdade de géneros, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater a sida

e outras doenças, promover a sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

30º ANIVERSÁRIO DA SECÇÃO DA BOBADELA

A Secção do PS/Bobadela assinalou o seu 30º aniversário no passado dia 2 com um programa que incluiu uma romagem ao cemitério para homenagear os camaradas já falecidos, uma sessão pública com intervenções políticas e condecorações aos camaradas com 25 anos de militância nesta estrutura.

João Serrano, da Comissão Política da FAUL, ao intervir na sessão solene, começou por congratular-se com o trabalho desenvolvido pela Secção, nomeadamente a política prosseguida de “abertura ao exterior”, bem patente no conjunto de associações locais presentes, tendo ainda realçado o facto do Grupo Parlamentar do PS ter dois deputados do concelho de Loures, Irene Veloso e Pedro Farmhouse, que disse dever-se ao “trabalho da Concelhia e dos militantes de Loures”. Por outro lado, defendeu uma “maior articulação” entre o Grupo Parlamentar do PS, a FAUL e a Concelhia de Lisboa, e apelou à mobilização dos militantes para a batalha das autárquicas, de forma a dar



continuidade à “boa gestão” socialista no concelho de Loures.

Intervieram também na sessão solene os camaradas Pedro Farmhouse, da Comissão Política da Concelhia de Loures, o secretário-coordenador da Secção da Bobadela, José Tarouca, e o presidente da Junta de Freguesia da Bobadela,

Fernando Carvalho.

Entretanto, a Secção da Bobadela vai organizar um passeio-convívio no dia 22 de Maio, que inclui um pequeno-almoço nas Caldas da Rainha, visitas a S. Martinho do Porto e Nazaré, e almoço em Junqueira-Cela. O preço por pessoa para este passeio é de 25 euros.

PSD ANDOU A ENGANAR OS VISEENSES

A “inexistência” de qualquer instrumento legislativo de criação da Universidade Pública de Viseu, “contrariamente ao que, durante meses, foi sendo dito por altos responsáveis do PSD”, foi denunciada pelo Secretariado da Comissão Política Concelhia do PS/Viseu.

Por isso, a Concelhia socialista “não pode deixar de responsabilizar publicamente quem, durante todo este tempo, andou, deliberadamente, a enganar os viseenses

e a abusar da boa-fé de quem neles depositou algum crédito político”.

Em comunicado, os socialistas recordam ainda que “foi o PSD que ditou o abandono da lei do PS que criava o Instituto Universitário de Viseu”, já que “não fosse a pressa de Durão Barroso, movido por preconceitos partidários, a pedir ao Presidente da República a recusa da sua promulgação, e já no próximo ano lectivo teríamos os primeiros graduados

saídos da Universidade Pública de Viseu”. Nesta matéria, entende o PS de Viseu que “a culpa não deve morrer solteira” e por isso “chama à responsabilidade todos aqueles que pactuaram com este faz-de-conta”, ou seja, “o Governo PSD/PP, os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Viseu e o presidente da câmara, Fernando Ruas, mandatário de honra da lista do PSD nas últimas eleições legislativas”.

SÓCRATES SATISFEITO COM REFORMA DO PEC

A decisão dos líderes europeus de aprovar a reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e a revisão da Estratégia de Lisboa foram consideradas por José Sócrates medidas positivas para o nosso país. "Portugal sai deste Conselho muito satisfeito" com os acordos alcançados, disse no dia 23 o primeiro-ministro no final da Cimeira da Primavera da União Europeia (UE).



Sobre a Estratégia de Lisboa, "a satisfação portuguesa não podia ser maior", referiu Sócrates.

"O Plano Tecnológico parece derivar inteirinho da Estratégia de Lisboa", regozijou-se o primeiro-ministro sobre uma das principais prioridades do seu Governo. O chefe do Governo, que se estreou nesta cimeira nas lides europeias, indicou que irá, em breve, nomear um senhor ou senhora Lisboa responsável em Portugal pela coordenação da nova estratégia, adiantando que "não será um membro do Governo mas estará dependente do Governo".

A revisão da Estratégia de Lisboa envolve a reorientação das prioridades para o crescimento e o emprego, numa mobilização de meios em três dimensões essenciais: económica, social e ambiental. No que respeita ao Pacto de Estabilidade e Crescimento realçou os "progressos significativos" que, segundo sublinhou, irão servir melhor a Europa e a Economia europeia.

"É bom para Portugal dada a estagnação que o país viveu nos últimos anos", afirmou José Sócrates.

Os chefes de Estado e de Governo da UE aprovaram a revisão do PEC, que pretende dar maior prioridade a políticas de crescimento, ao mesmo tempo que aumentará a eficácia na prevenção de derrapagens orçamentais nos países da zona euro, mantendo a capacidade de disciplina financeira na base da credibilidade desta divisa.

A revisão do PEC concede ainda mais tempo a um país para corrigir a situação de desequilíbrio das suas contas públicas.

COMISSÁRIO PARA OS REFUGIADOS

SÓCRATES PEDE APOIO DOS EUA À CANDIDATURA DE GUTERRES



José Sócrates sensibilizou o "número dois" da diplomacia norte-americana, Robert Zoellick, para o apoio à candidatura do presidente da Internacional Socialista, António Guterres, ao cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

O pedido do primeiro-ministro português foi feito, no passado dia 2, no final da audiência que concedeu em São Bento ao

adjunto da secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice. António Guterres é um dos oito nomes indicados por Kofi Annan, secretário-geral da ONU, para este cargo de grande prestígio internacional, cuja decisão final de escolha deverá ser conhecida nos próximos dias. A reunião entre o Sócrates e Zoellick, em que esteve presente o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, foi dominada pelas relações bilaterais entre os dois países.

"Continuaremos a trabalhar juntos", assegurou o diplomata dos EUA ao chefe do Governo português, no final encontro.

Por sua vez, José Sócrates considerou ter tido uma "conversa muito interessante" com o adjunto de Condoleezza Rice, a quem sublinhou "existir um amplo consenso nacional sobre a importância e a prioridade das relações externas portuguesas com os Estados Unidos".

Além das relações históricas entre Portugal e os Estados Unidos, Sócrates e Zoellick debateram temas como a situação no Médio Oriente e, em particular, no Iraque, bem como a evolução da economia internacional.

CONSTÂNCIO AFIRMA

JUSTIÇA E BUROCRACIA NOS LICENCIAMENTOS ENTAVAM DESENVOLVIMENTO

A justiça e todo o funcionamento dos processos de licenciamento de investimento "emperram enormemente" a vida económica, afirmou o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, numa conferência em Leiria sobre "Portugal e o futuro do modelo europeu", organizada pela Liga de Amigos da Casa-Museu João Soares, da qual Mário Soares foi o anfitrião.

Para Constâncio, o funcionamento da justiça e a burocracia nos licenciamentos "são coisas que são da intervenção do Estado e que devem ser alteradas", numa resposta a uma pergunta de um dos participantes, que procurava saber qual a fórmula para inverter a tendência de queda do crescimento da produtividade na economia portuguesa. O governador do Banco de Portugal explicou, no entanto, que "a produtividade é uma variante de todos os sistemas sociais de um país, num conjunto de políticas públicas, e depende muito de níveis educacionais".

Neste contexto, Constâncio considerou que "o ponto negro da evolução de Portugal nos últimos 30 anos tem sido a educação", a qual considera ser uma das razões para a baixa produtividade da nossa economia.

"Em todos os outros indicadores têm sido compatíveis com o nosso crescimento económico, com excepção da educação", disse.

Na sua intervenção perante cerca de duas centenas de pessoas, na maioria empresários e dirigentes associativos, o antigo secretário-geral do PS fez ainda uma comparação dos progressos de



Portugal com a União Europeia e desta com os Estados Unidos.

"Nos últimos anos, o menor crescimento da economia e produtividade europeia em relação aos EUA tem servido de pressão para justificar a necessidade de certas reformas, daí uma certa interpretação da Agenda de Lisboa", recordou.

Mas, sublinhou, "ao mesmo tempo que surgem críticas ao aparente pior desempenho da economia europeia, surgem especialistas, ingleses e norte-americanos, que escrevem livros sobre

a superioridade da Europa e do seu modelo".

Comparando o crescimento do produto entre 1995 e 2001, Vítor Constâncio lembrou que "a Europa registou uma subida de 2,4 por cento ao ano, enquanto os EUA registaram 3,6 por cento ao ano".

Contudo, e apesar deste diferencial, Constâncio explicou que a diferença é mínima quando se analisa a produtividade por pessoa e por hora. "Em vários países europeus a produti-

vidade por hora consegue ser ainda superior à dos EUA", adiantou o governador do Banco de Portugal, apontando "os casos da Bélgica e da França, o que indicia que não existe nenhum atraso tecnológico na Europa". Apesar disto, com níveis de produtividade idênticos, "o nível de rendimento na UE é 30 por cento mais baixo do que nos EUA", adiantou Constâncio, esclarecendo que este diferencial é justificado pela menor carga horária de trabalho dos europeus, que é de "cerca de 20 por cento".

Das várias diferenças, Constâncio destacou o facto das férias "nos EUA serem, em média, de 15 dias, enquanto na Europa é de um mês".

Para o aumento da produtividade, Constâncio voltou a defender o aumento da idade da reforma, "que corresponda à evolução da esperança de vida das populações, e contribua para o equilíbrio da segurança social".

É que, adiantou, "se dentro de algumas décadas as pessoas chegarem aos 150 anos, como diz a ciência médica, é evidente que não vai haver uma vida activa até aos 65 anos e se fique reformado até aos 150, pois isto é insustentável".

DEVE ALGUÉM SER PRESO POR RECORRER AO ABORTO?

Não se trata de incentivar a prática do aborto, mas tão só de não tapar os olhos perante a realidade do aborto clandestino. Esta realidade existe em Portugal, esta realidade é muito dura para quem com ela se confronta.

A actualidade política volta a estar centrada num dos maiores dramas económicos e sociais da sociedade portuguesa – o fenómeno (chamemo-lhe assim) do aborto clandestino. Uma realidade do nosso país que vitima milhares de mulheres por ano e continua a penalizar todos quantos recorrem à prática do aborto fora do estipulado no artigo 142º do Código Penal. A grande questão de fundo que se coloca sobre esta problemática é a seguinte: deve a legislação portuguesa continuar a criminalizar quem, por diversas razões (maioritariamente escassos recursos económicos e dramas sociais inimagináveis para muitos de nós), recorra ao aborto fora das situações previstas no Código Penal? Simplificando, deve alguém ser preso por recorrer ao aborto? A minha resposta é claramente negativa. Muito para lá das convicções ideológicas, das consciências, das moralidades, a questão é jurídica. Muitos afirmam que não se esgota na perspectiva jurídica, claro que não. Mas sem mudar a lei não é possível mudar os aspectos sociais, dramáticos, que a sua aplicação convoca para as vidas das pessoas.

Para quê a existência de uma pena? Qual o fim das penas? Estas são questões recorrentes no seio do debate de Direito Penal. Em Direito Penal, um dos fins das penas e, indubitavelmente, o mais importante é o da reintegração e ressocialização daqueles que cometem um crime. A pergunta é, pois, mais uma vez, a de saber porque terá que ser presa uma mulher que aborta? Outro dos fins é o da prevenção, ora será que criminalizar o aborto previne a existência do aborto clandestino? A resposta parece ser negativa. Deixemo-nos, assim, de falsas questões, de falsas preocupações com esta matéria tão delicada. Ao ouvir dizer que a lei actual é uma boa lei, como ouvi nos últimos dias, a pergunta que se segue é se quem defende a aplicação do actual artigo 142º do Código Penal defende, em consciência, a prisão de quem recorre e de quem pratica o aborto? Se alguém ousar fazer esta pergunta aos defensores da aplicação da actual lei nos exactos termos em que ela existe estou certa que a resposta será negativa. Ora, não se percebe porque continuar a defender uma lei que ninguém quer aplicar, mas que alguns resistem a modificá-la.

O Estado Português continua isolado no seio da União Europeia nesta matéria. Não porque queiramos ser iguais aos europeus, temos as nossa diferenças que importa continuar a vincar. Mas, em matéria de respeito pelos Direitos Humanos, não devemos continuar afastados dos nossos congéneres, antes cada vez mais perto de uma Europa desenvolvida e respeitadora dos Direitos Humanos. A matéria da Interrupção Voluntária da Gravidez é matéria de Direitos Humanos: é uma questão de liberdade, de escolha, de opção.

Não se trata de incentivar a prática do aborto, mas tão só de não tapar os olhos perante a realidade do aborto clandestino. Esta realidade existe em Portugal, esta realidade é muito dura para quem com ela se confronta. Urge ser alterada. É imperioso que a sociedade portuguesa se mobilize em torno da defesa por uma lei justa (ou mais justa), adequada, realista. Esta mobilização é pelo respeito de todos os que recorrem ao aborto, é pela não prisão de quem recorre ou pratica o aborto. Recordemos a imagem de Vera Drake, como chamou a atenção Isabel Pires de Lima há umas semanas, e apelemos a uma participação no referendo e a uma vitória do Sim contra as injustiças e a favor do respeito pela dignidade humana.



ANA CATARINA MENDES

OPINIÃO

GOVERNADORES CIVIS EMPOSSADOS



“Máxima prioridade” à prevenção e combate aos incêndios foi o pedido deixado por António Costa na posse dos novos governadores civis.

Na cerimónia, que decorreu, ontem, no salão nobre do Ministério da Administração Interna, e foi presidida pelo primeiro-ministro, José Sócrates, António Costa sublinhou que os governadores civis deverão “promover a articulação entre os serviços da administração central desconcentrada” e evitar cair “na velha chaga do Estado Português, que é a cultura de funcionamento em minifúndio”. “Espero que tenham o hábito de trabalhar em conjunto com os outros governadores

civis da região. Temos de tomar os serviços do Estado mais próximos dos cidadãos, mas é também preciso racionalizá-los”, acrescentou.

O ministro das Administração Interna frisou ainda que “a presença do primeiro-ministro na cerimónia reveste-se de um alto significado”, uma vez que torna os empossados “representantes do Governo em geral” nos respectivos distritos.

Os novos governadores civis são:

Aveiro – Carlos Brandão
Beja – Manuel Monge
Braga – Fernando Moniz

Bragança – Jorge Manuel Gomes
Castelo Branco – Maria Alzira Serrasqueiro
Coimbra – Henrique Lopes Fernandes
Évora – Henrique Troncho
Faro – António Pina
Guarda – Maria do Carmo Borges
Leiria – José Miguel Medeiros
Lisboa – Maria Adelaide Rocha
Portalegre – Jaime da Conceição Estorninho
Porto – Mara Isabel Oneto
Santarém – Paulo Fonseca
Setúbal – Mara Teresa de Almeida
Viana do Castelo – Pita Guerreiro
Vila Real – António Martinho
Viseu – Acácio Pinto

FEDERAÇÕES

NOVAS LIDERANÇAS EM ÉVORA SANTARÉM E LEIRIA

Na sequência da tomada de posse de Henrique Troncho, Paulo Fonseca e José Miguel Medeiros como governadores civis, as federações socialistas de Évora, Santarém e Leiria, respectivamente, registam alterações nas lideranças. O presidente da Federação de Évora do PS, Henrique Troncho, suspendeu segunda-feira as funções partidárias, passando o cargo a ser ocupado pelo dirigente socialista Carlos Zorrinho. Na reunião do secretariado da federação, realizada ontem, foi aprovado por unanimidade que Zorrinho assumisse interinamente a liderança socialista em

Évora até ao próximo congresso distrital. Henrique Troncho pôs termo a um mandato para o qual foi, desde 1995, sucessivamente eleito, tendo sido durante o seu “consulado” que o PS obteve no distrito “os seus melhores resultados eleitorais de sempre em todo o tipo de eleições”. A designação de Carlos Zorrinho, actual deputado e que tem feito parte da equipa dirigente distrital socialista, constitui, para os dirigentes locais, “a garantia de que o trabalho desenvolvido continuará a ser prosseguido e aprofundado”. Entretanto, Paula de Deus passou a ocupar,

na Assembleia da República, o lugar de deputado deixado vago por Henrique Troncho. Em Leiria, o Secretariado da Federação socialista reunirá segunda-feira, dia 11 de Abril, para avançar com o nome do novo presidente, indicação esta que será deliberada, no mesmo dia, numa reunião da Comissão Política Distrital. Já no caso da estrutura distrital de Santarém, a Comissão Política tinha já previsto e votado a existência na hierarquia interna de um vice-presidente, Fernando Pratas, que agora desempenhará funções como líder interino.

O SITE COM A NOSSA MARCA
Faça-nos uma visita!

www.mulheres.ps.pt

Mulheres
Socialistas

FREITAS DO AMARAL NO GOVERNO SUSTENTADO POR UMA MAIORIA ABSOLUTA SOCIALISTA

Para quem acompanha a vida política, há muito tempo e com algum pormenor, a admiração de Freitas do Amaral estar num governo do PS não é assim tão grande, basta recordar apenas alguns episódios. Na criação do CDS chamou-lhe do centro, e só a circunstância de a nossa revolução ter empurrado todos os partidos legais para a esquerda é que levou o CDS a ficar na direita. Para as eleições de 1991 Freitas do Amaral tentou recuperar o centro pelo qual sempre lutou, refundando mais uma vez o CDS, exigindo em Congresso 2/3 dos votos dos delegados e colocando o CDS rigorosamente ao centro, agora entre o PSD e o PS, ficando com o aval do Congresso para se aliar ora a um ora a outro, para formar maiorias pós-eleitorais, tornando assim o CDS o partido que assegurava a estabilidade em Portugal, como outros que existem na Europa.

Só que em 91 Cavaco Silva voltou a aliciar o eleitorado mais dependente do Estado, e com os fundos comunitários a jorrarem voltou a ter uma maioria esmagadora, deixando o CDS com 4 por cento. Assim, Freitas não fazia falta para coligações, e foi outra vez embora, acabando agora por sozinho juntar-se ao PS, para participar no Governo, cumprindo solitário o que tinha tentado com o CDS, isto é, apoiar o PS ou PSD conforme fosse necessário para a estabilidade.

Hoje, estou convencido que mantendo a sua autonomia ao centro está mais próximo do que é hoje o PS, do que aquilo que é o PSD. Freitas antes de fazer a AD já se tinha coligado com o PS de Mário Soares no final dos anos 70, mostrando uma grande abertura política. E quando o CDS levou com o PP de Partido Popular, ou melhor de Paulo Portas em cima, Freitas afastou-se do CDS porque aquele partido deixou de ser o que ele fundou.

Portas sabia bem que muitos apoiantes de Freitas no CDS já tinham abandonado o partido por este se ter direitizado muito, formando o Movimento Humanismo e Democracia, que pode e deve vir a ser liderado pelo próprio Freitas do Amaral, e que tem um acordo com o PS desde o tempo de António Guterres, e onde sobressaem as deputadas Teresa Venda e Maria do Rosário Carneiro, irmã do fundador do CDS Amaro da Costa; portanto esta evolução do Freitas já teve pioneiros e pioneiras. Esta evolução da direita democrática para a esquerda democrática é sempre uma evolução que demonstra um amadurecimento tranquilo e consciencioso.

Talvez o choque maior para muitas pessoas provenha das eleições presidenciais de 1986, as mais disputadas de sempre, que colocaram frente a frente Freitas e Mário Soares; estas foram por assim dizer as grandes eleições ideológicas entre a esquerda e a direita, porque estávamos a entrar na União Europeia mas ainda só tínhamos pouco mais de 10 anos de liberdade. Estas circunstâncias aliadas à enorme capacidade política da velha raposa Mário Soares, que estando em dificuldade momentânea radicalizou ideologicamente a campanha e empurrou Freitas do centro para a direita, para aumentar o seu espaço e tirar proveito do facto de a esquerda e o centro-esquerda serem tradicionalmente maioritários em Portugal.

Hoje, Freitas do Amaral é o conjunto de tudo isto acrescido da

RICARDO GONÇALVES

Deputado do PS, eleito pelo círculo de Braga

sua permanente capacidade de evolução, como demonstrou na forma como aborda as relações transatlânticas com os Estados Unidos da América, reconhecendo que a sua feroz crítica a Bush foi essencialmente localizada no ataque da América ao Iraque de Saddam, não por ele ter pena da queda do ditador de Bagdad, mas porque a América não devia abandonar o multilateralismo da ONU, nomeadamente dos membros permanentes do Conselho de Segurança, nem que esta posição seja paralisante, como quase sempre acontece. Esta é uma opinião partilhada em grande parte pelos socialistas portugueses, em que houve algumas excepções e eu fui uma delas.

Freitas pode tirar proveito destas suas posições e ganhar mais relevo para Portugal junto do eixo França-Alemanha, como fez Zapatero, presidente do Governo espanhol, que por retirar os militares espanhóis do Iraque já recebeu a benesse de acompanhar os líderes políticos alemães e franceses nas conversas com o Presidente da Rússia. Assim, até a Espanha já parece uma grande potência europeia.

Para o progresso de Freitas contou também a sua passagem pela Presidência da Assembleia Geral da ONU, onde a maioria dos países pertencem ao grupo considerado em vias de desenvolvimento, e onde se percebe que é preciso uma maior coesão económica e social para o Mundo.

Freitas tem assim algumas fragilidades mas bastantes virtudes para desempenhar o actual cargo. Tem uma boa equipa de secretários de Estado, onde se destaca o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, António Braga, um minhoto, tal como Freitas do Amaral, e que vai desempenhar um grande papel para que as comunidades lusas espalhadas pelo Mundo sejam o grande trunfo, às vezes desaproveitado, para retirar Portugal da crise em que se encontra.

As grandes incógnitas sobre Freitas do Amaral vão ser a importância, para mim fundamental, que vai dar à relação com os países de língua portuguesa. Eu, pessoalmente, não acredito no sucesso deste género de relações baseadas no envio de cooperantes, de diversas áreas, para trabalhar no terreno. É que o envio de apoio em dinheiro ou até em material acaba quase sempre por ser esbanjado e cair nas redes de corrupção que grassam por todo o lado.

A outra dúvida é o que fará Freitas do Amaral com a sua função de ministro de Estado, onde se vai ser muito retraído, ou, pelo contrário, vamos ver o Freitas integrado plenamente no núcleo político do Governo a ajudar a orientar as suas grandes linhas estratégicas?

Estas funções é que não se percebiam neste momento, mas que era importante que a participação de Freitas do Amaral neste Governo fosse plena, isso ninguém dúvida. Desde que as suas opiniões não sejam sempre vencedoras, como é óbvio.

TRIBUNA LIVRE

AVALIAÇÃO DOS DESPEJOS DE HABITAÇÕES MUNICIPAIS

MÁRIO SOUSA

Projectista e presidente da Associação de Moradores de Monte do Tadeu / Santo Isidro, Bonfim - Porto

A quem pertence a competência de despejo de casas municipais? Ao presidente da Câmara Municipal, ao executivo ou a ordem judicial? Nas casas em que o proprietário é um particular não chega a vontade deste para fazer o despejo ao seu inquilino, precisa de uma ordem judicial. A sentença dada por um juiz, depois de analisar todo o processo.

Eu, pessoalmente, sou leigo no que diz respeito a matérias relacionadas com a lei da habitação, mas sou também um curioso em relação a estas matérias. E depois de ler muitas opiniões sobre este assunto - a quem pertence a competência de despejo de casas municipais? - dei por mim com livros sobre leis na minha frente e comecei a estudar esta matéria, tendo como base a máxima que diz: a lei deve ser sempre um conjunto de regras que indicam o que é proibido e o que é permitido, baseando-se sempre na lógica e na ideia de justiça e de bem-fazer.

Se o direito começa por ser um conjunto de todas as leis que tem como intenção a ideia de fazer justiça e se são os tribunais os "órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do Povo" (artigo 205.º da Constituição da República Portuguesa), é aqui que há-de encontrar-se o verdadeiro sentido da lei na sua relação com a vida e a expressão última do direito como realidade essencialmente cultural.

Proporcionar o conhecimento do direito é um dever das sociedades modernas.

Temos de ter em máxima atenção que aqui a Câmara Municipal do Porto apenas é só mais um senhorio dos muitos que existem na cidade e nada mais. Mesmo sendo ela o maior senhorio de todo o país, não tem por isso que ter regalias de excepção em relação aos outros senhorios particulares que existem em toda a cidade e no país.

Consegui ficar de orelha murcha, e mesmo estupefacto, quando li o parecer, remetido, no dia 25 de Setembro último, à Câmara Municipal do Porto, por parte da directora da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), Maria Eugénia Santos, que entende que o poder é do presidente da Câmara Municipal do Porto. Mas a opinião não é definitiva. Ela admite que o tema "não é pacífico" e recomenda uma avaliação final pelo Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

Eu sou testemunha de quando o Dr. Rui Rio, já na qualidade de presidente da Câmara Municipal do Porto, prometeu intervir nas casas de senhorios particulares e nos casos mais urgentes. Eu, depois de ver e ouvir a promessa feita em plena Assembleia Municipal, entreguei sete casos muito urgentes da área da nossa Associação de Moradores, mas até à presente data ainda não obtivemos qualquer resposta por parte da autarquia sobre os processos em epígrafe.

A polémica continua em torno dos desalojamentos no Bairro de S. João de Deus, tendo por base uma lei de 1945, tempo em que o regime de então ("fascinante" para uns) obrigava que cada português estivesse sempre limitado no saber para poderem, assim, enganar... o Povo!

Actualmente fico extremamente "triste" quando vejo alguém que se diz democrata e que diz professar a democracia, seguir, no entanto, as leis e os métodos do regime de então (fascista).

Quando se gere e se ama a nossa cidade do Porto, todos os portugueses devem ser iguais e devemos tê-los, a todos, como amigos sem excepção. E cada amigo da nossa cidade deve ser tratado com o respeito que merece e ser tratado como as plantas dentro de casa com a redobrada atenção.

CORREIO DOS LEITORES

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accasocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

Depois da retumbante vitória nas eleições legislativas, é tempo de deitar mãos à obra para não defraudar os eleitores que confiaram a governação ao PS.

O primeiro-ministro, camarada José Sócrates, já mostrou logo na tomada de posse que está disposto a enfrentar os poderes corporativos e isso é bom, porque demonstra que pretende aproveitar convenientemente a maioria absoluta que dá força ao Governo. Se me é permitido, vou dar a minha modesta opinião (opinião do povo) sobre duas matérias que resultam de declarações já efectuadas:

1- IMPOSTOS: O ministro das Finanças declarou que se não se conseguir resolver o problema do défice pala coluna das despesas, ter-se-á que ir pela das receitas. Pois se tiver que ir pelas receitas, ou seja, o aumento de impostos, que comece pelo consumo de álcool nos locais de diversão nocturna, onde se torna imperioso diminuir o seu consumo, para defesa da saúde dos nossos jovens. Defesa da saúde e do aproveitamento escolar, pois, como sabemos, o insucesso escolar, principalmente no ensino secundário e superior, está muito ligado ao consumo de álcool durante a noite, agravado pela falta de restrição horária de abertura dos estabelecimentos, pelo menos durante os dias de trabalho. Os preços são ainda convidativos ao consumo. Se compararmos o preço de uma cerveja no nosso país com o preço no estrangeiro nos locais de diversão, a diferença é significativa.

E não será de desprezar esta receita, porque se consomem muitos milhares de litros por ano, o que não necessita de uma taxa muito agravada para gerar receita significativa.

2- INVESTIMENTOS: Ouvi já declarações sobre a prioridade da construção do aeroporto da Ota e do TGV. Sem pôr em causa estes investimentos, que me parecem necessários, creio que a prioridade deveria ir para a construção de barragens hídricas e canais de irrigação. O clima parece alterado e os estado de seca em que nos encontramos, e que se pode repetir em anos próximos, aconselha o investimento na recolha e conservação da água, para abastecimento das populações e regadios. São construções que ocupam muita mão-de-obra, com consequente redução do desemprego, e o retorno será mais directo e imediato. As barragens podem ter ainda a componente da produção de electricidade, diminuindo a sua produção com fuel, que é mais caro e desequilibra a balança de pagamentos.

Orlando Brinca
Militante nº 22.108

PS DEFENDE REFERENDO SOBRE ABORTO ANTES DO VERÃO



O PS pretende referendar a questão da interrupção voluntária da gravidez "o mais rapidamente possível", aprovando no dia 20 de Abril um projecto de resolução que arranque com o processo de convocação. Esta posição foi expressa pelo presidente da bancada socialista, Alberto Martins, à saída da conferência de líderes parlamentares que confirmou o agendamento do debate e votação das propostas para uma consulta popular sobre o assunto. Alberto Martins salientou a necessidade da "celeridade em relação à despenalização da interrupção voluntária da gravidez", porque esta é a "questão essencial", ressalvando, no entanto, que a data da marcação do referendo é da competência do Presidente da República.

Quanto às razões da não inclusão do projecto das deputadas independentes da sua bancada, Maria do Rosário Carneiro e Teresa Vanda, que visava suspender os julgamentos pela prática de aborto do debate de dia 20, o líder do Grupo Parlamentar do PS explicou que "a natureza" dessa proposta é "distinta" da discussão sobre um novo referendo, salientando mais uma vez a prioridade do PS em aprovar a proposta de consulta popular. "Estamos convictos que o mais brevemente possível se eliminará o objectivo desse projecto", sustentou.

Entretanto, a conferência de líderes parlamentares agendou o primeiro debate mensal do primeiro-ministro, José Sócrates, na Assembleia da República para 29 de Abril.

Nesta reunião, ficou também confirmado que os projectos de resolução de PS e PSD com vista à abertura de um processo extraordinário de revisão constitucional vão ser debatidos e votados no dia 14, tendo em vista o referendo europeu, numa sessão em que o período de antes da ordem do dia foi substituído por uma evocação do Papa João Paulo II.

J. C. C. B.

LUTO NACIONAL PELA MORTE DE JOÃO PAULO II

José Sócrates manifestou, em nome do Governo e do país, "o seu mais profundo pesar" pelo falecimento do Papa João Paulo II. Na declaração produzida na noite em que foi anunciada a morte do santo padre, o primeiro-ministro recordou a "boa memória" que os portugueses guardam das quatro visitas papais ao nosso país e a revisão da Concordata com a Santa Sé "em moldes mais actuais". O chefe do Executivo destacou ainda o universalismo e ecumenismo do falecido pontífice, manifestado no seu empenho "nas causas dos direitos humanos e no diálogo entre civilizações, culturas e religiões", tendo também sublinhado o facto de João Paulo II ter estado "sempre ao lado dos mais pobres". Por seu lado, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, destacou que o sumo pontífice romano defendia "com grande vigor o papel cimeiro das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais". O Governo decretou três dias de luto nacional.

O Estado português faz-se representar nas exéquias fúnebres no Vaticano pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral.

"COMISSÃO CONSTÂNCIO" TEM SEIS SEMANAS PARA APURAR O DÉFICE

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, preside à Comissão para Análise da Situação Orçamental que vai proceder à avaliação da "real dimensão do défice das contas públicas em 2005". Integram a comissão, que deverá ter os trabalhos concluídos no prazo de seis semanas, os técnicos do banco central e do Instituto Nacional de Estatística João Cadete de Matos, Jorge Correia da Cunha, Daniel Santos, Cláudia Rodrigues Braz e Paulo Manuel Esteves. O ministro das Finanças designará um seu representante para fazer a articulação entre o ministério e a comissão.

No comunicado da Presidência do Conselho de Ministros em que se anuncia a criação da comissão, afirma-se que uma das suas tarefas passa por fazer uma estimativa do défice orçamental "previsível" para o corrente ano, tendo em conta "o orçamento em vigor e consideradas as reais perspectivas de evolução dos respectivos pressupostos económicos".

Nessa análise a comissão terá de ter em conta a situação de entidades que devem consolidar o sector público administrativo, como é o caso das Estradas de Portugal, EPE, e estimar o valor dos compromissos financeiros que transitam do passado que devam ser assumidos directamente na dívida pública. Cabe ainda à equipa liderada por Constâncio identificar os efeitos orçamentais das medidas relativas a receitas extraordinárias decididas em anos anteriores. Mas, ao contrário, da primeira "comissão Constâncio" (constituída ao tempo do governo de Durão Barroso), esta segunda não irá investigar as contas dos anos transactos, apenas informará o Governo sobre a situação orçamental deste ano.



A propósito, recorde-se que José Sócrates repudiou o chamado "discurso da tanga" que tanto mal fez à economia portuguesa, tendo declarado no Parlamento que esta comissão não servirá para atirar as culpas do défice para governos anteriores. Também na Assembleia da República, o ministro das Finanças, Campos e Cunha, alertou contudo para a situação "particularmente difícil" porque o "orçamento herdado do Governo anterior" sofre de irrealismo, uma vez que ignorava uma série de encargos, entre os quais os decorrentes das auto-estradas SCUT.

Com base no que a Comissão apurar, o Governo de José Sócrates irá elaborar um novo Programa de Estabilidade e Crescimento, que será discutido no Parlamento no final de Maio e enviado depois para Bruxelas. Refira-se também que a Comissão Europeia apresentou no início desta semana uma estimativa de 4,9 por cento para o défice orçamental português em 2005. Os seus cálculos incluem todavia receitas extraordinárias que não serão realizadas, e podem não comportar despesas resultantes de desorçamentação. Ou seja, o défice real para 2005 deverá estar bem acima dos cinco por cento.

PARTIDO SOCIALISTA

32 ANOS A CONTAR COM A SUA CONFIANÇA

PS

19 de Abril

Uma data que merece ser sempre lembrada.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR INTERINO **Silvino Gomes da Silva** silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. **Castelo Branco** cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt
EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval** | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accasocialista@ps.pt

www.psp.pt/accacao